



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

**EDITAL DO PROAD Nº 1858/2022-2
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Contratação de solução de Tecnologia de Informação e Comunicação para aquisição de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems, empregados na rede de dados corporativa do TRT-15 e de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo DELL Pro Support na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL, empregados na rede de dados Fiber Channel - Rede SAN do TRT-15, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III e IV, partes integrantes deste edital.

NOTA 1: As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

NOTA 2: A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei nº 14.133/2021

Registro de Preços: Não

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Sim

Valor Total Estimado: R\$ 1.693.903,80

Data e local da disputa: 6/12/2022, às 11 horas, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Licitação nº: 64/2022

UASG do TRT15: 080011

Vistoria Prévia: Não se aplica

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Não se aplica

Laudos/Certificados: Não se aplica

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio de proposta e documentação por meio eletrônico

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

Pedido de esclarecimentos

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Impugnação

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones: (19) 3231-9500 ramais 2580/2523 *

* Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

PREGÃO ELETRÔNICO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROAD Nº 1858/2022-2

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

a. Início da disputa de preços:	6/12/2022, às 11 horas
b. Local da Disputa:	Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br/
c. Critério de Julgamento:	Menor preço por item
d. Regime de Execução:	Empreitada por preço global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems, empregados na rede de dados corporativa do TRT-15 e de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo DELL Pro Support na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL, empregados na rede de dados Fiber Channel - Rede SAN do TRT-15, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III e IV, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

1.2. A licitação será dividida em itens, formados ou não por um ou mais subitens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os subitens que os compõem.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

P.T. Resumido: **168076** **R\$ 1.693.903,80**

02.122.0033.4256.0035 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO -
DESPESAS DIVERSAS

339040 - serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj

12 - Manutenção e conservação de equipamentos de tic

Conta VPD: **332310200**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como para bens e serviços produzidos no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.



4.4. Nos termos do inciso VI, do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica em que qualquer um dos integrantes do seu quadro societário seja familiar de:

a) magistrado ocupante de cargo de direção ou no exercício de função administrativa; ou
b) servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.4.1. Nos termos do art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 9/2005, é vedada, ainda, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou magistrados vinculados a este Tribunal contratante.

4.5. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.

4.6. A vedação referida neste item se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (art. 2º, §3º, da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016).

4.7. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.7.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.7.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta atualizada apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



4.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.7.6. que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.7.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.7.8. que a solução é fornecida por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7.9. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.

4.7.9.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento da solução e na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento de Proposta Atualizada, conforme Anexo II ao Edital.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar a solução nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.25.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.25.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.25.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.25.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.25.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.25.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.25.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.25.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.25.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.25.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.25.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010,



terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.27.1. prestados por empresas brasileiras;

7.27.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.



8.2.A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada por meio da proposta final, a ser preenchida pelo licitante, conforme Anexo II deste Edital.

8.3. A Proposta Atualizada deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG nº 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas quando exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do equipamento/serviço ofertado.

8.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já



apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial



ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de:

- 1) R\$ 106.000,00 (cento e seis mil Reais) para o Item 1;
- 2) R\$ 13.000,00 (treze mil Reais) para o Item 2;
- 3) R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil Reais) para o Item 3.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. QUANTO À CAPACITAÇÃO OPERACIONAL:

a) Item 1 e 2: Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove quantitativo mínimo de:

a.1) Item 1 - 1 (uma) unidade de switch core modular Cisco;

a.2) Item 2 - 2 (duas) unidades de switch de distribuição Cisco de 24 portas WS-C3650-8X24PD-E ou similar.



b) Item 3: Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove quantitativo mínimo de 1 unidade de switch SAN Dell Connectrix, modelo MDS-9148S ou MDS-9396S.

9.11.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.11.1.4. Caso solicitado pelo pregoeiro(a), o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da Legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários ao fornecimento da solução;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;



c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

9.20. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.20.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) item (ns) arrematado(s) pela licitante, verificada a ordem cronológica de encerramento do item, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.

9.20.1.1. Caso haja item (ns) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o item de maior valor.

9.20.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. estar devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo do Anexo II a este instrumento convocatório (Anexo II);

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes da Minuta de Contrato – Anexo III e IV ao Edital.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.



15.2.2. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

15.2.3. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

15.2.4. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

15.2.5. O prazo previsto no subitem 15.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2.6. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

15.2.7. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o previsto no instrumento contratual.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15.8. Antes da efetivação da contratação, a empresa vencedora se compromete a atender as seguintes condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual, se houver, são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III e IV a este Edital.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O modelo de gestão do contrato, contemplando os critérios de recebimento e aceitação do objeto, os procedimentos de testes e inspeção e os critérios de fiscalização,



com base nos níveis mínimos de serviço/níveis de qualidade definidos, estão previstos na Minuta de Contrato – Anexo III e IV.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III e IV.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III e IV a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não manter a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e quando não houver disposição específica no Termo de Referência, às seguintes sanções:



20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato – Anexo III e IV.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente



transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O(s) Edital(is) está(ão) disponibilizado(s), na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá(ão) ser lido(s) e/ou obtido(s) no e-mail licita@trt15.jus.br.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

22.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;

22.12.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato.

23. DO FORO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 24 de novembro de 2022.

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson
Secretária da Administração



ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

IMPORTANTE. Considerando as recentes disposições editadas por este Tribunal, bem como pela Resolução CNJ nº 322/2020, motivadas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, informamos que o acesso a todas as dependências deste Tribunal deve, obrigatoriamente, ser efetuado mediante apresentação do certificado de vacinação, tendo em vista o determinado pelo artigo 2º da Portaria GP-CR nº 010/2022 deste Tribunal.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Descrição Resumida do Objeto

Objeto: Contratação de solução de Tecnologia de Informação e Comunicação para aquisição de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems, empregados na rede de dados corporativa do TRT-15 e de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo DELL Pro Support na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL, empregados na rede de dados Fiber Channel - Rede SAN do TRT-15, conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

NOTA: As especificações consignadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

1.2. Descrição Detalhada do Objeto

I – ITEM 1 E 2 - CISCO SMARTNET

1.2.1. Especificação técnica do objeto

1. Requisitos de Negócio

ID	Descrição
R.N01	Contratação de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems, empregados na rede de dados corporativa do TRT-15.
R.N02	Deverá incluir a substituição de componentes, módulos e acessórios para todos os elementos que façam parte da infraestrutura tecnológica dos Switches elencados. Deverá, ainda, incluir atualizações e correções de software utilizados nos equipamentos.
R.N03	Deverá estabelecer o serviço de extensão de garantia total (hardware e software) para os equipamentos até o fim de suporte técnico para cada item (EOSL - End-of-Service-Life), a partir do fim de cada garantia técnica vigente conforme a seguir: Tabela 1: Switches Core Nexus 9508



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

	<table><tr><th>Part Number</th><th>Número de Série</th><th>Fim da garantia</th><th>Fim do suporte do fabricante (EOSL)</th></tr><tr><td>N9K-C9508</td><td>FGE20400VFV</td><td>23/3/2023</td><td>30/11/2025</td></tr><tr><td>N9K-C9508</td><td>FGE2122269N</td><td>23/3/2023</td><td>30/11/2025</td></tr></table> <p>Tabela 2: Switches de Distribuição Cisco Catalyst 3650</p> <table><tr><th>Part Number</th><th>Número de Série</th><th>Fim da garantia</th><th>Fim do suporte do fabricante (EOSL)</th></tr><tr><td>WS-C3650-8X24PD-E</td><td>FDO2151V1DZ</td><td>5/2/2023</td><td>31/10/2026</td></tr><tr><td>WS-C3650-8X24PD-E</td><td>FDO2151V1BD</td><td>5/2/2023</td><td>31/10/2026</td></tr><tr><td>WS-C3650-8X24PD-E</td><td>FDO2151V1CW</td><td>5/2/2023</td><td>31/10/2026</td></tr><tr><td>WS-C3650-8X24PD-E</td><td>FDO2151V1DL</td><td>5/2/2023</td><td>31/10/2026</td></tr></table>	Part Number	Número de Série	Fim da garantia	Fim do suporte do fabricante (EOSL)	N9K-C9508	FGE20400VFV	23/3/2023	30/11/2025	N9K-C9508	FGE2122269N	23/3/2023	30/11/2025	Part Number	Número de Série	Fim da garantia	Fim do suporte do fabricante (EOSL)	WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1DZ	5/2/2023	31/10/2026	WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1BD	5/2/2023	31/10/2026	WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1CW	5/2/2023	31/10/2026	WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1DL	5/2/2023	31/10/2026
Part Number	Número de Série	Fim da garantia	Fim do suporte do fabricante (EOSL)																														
N9K-C9508	FGE20400VFV	23/3/2023	30/11/2025																														
N9K-C9508	FGE2122269N	23/3/2023	30/11/2025																														
Part Number	Número de Série	Fim da garantia	Fim do suporte do fabricante (EOSL)																														
WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1DZ	5/2/2023	31/10/2026																														
WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1BD	5/2/2023	31/10/2026																														
WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1CW	5/2/2023	31/10/2026																														
WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1DL	5/2/2023	31/10/2026																														
R.N04	A extensão de garantia e suporte dos produtos deve ser oficial e reconhecida pelo fabricante dos equipamentos (Cisco Systems). A garantia compreende o fornecimento de peças ou componentes na modalidade ON SITE, necessários para corrigir o mau funcionamento dos equipamentos que apresentarem falhas, mantendo-os em perfeito funcionamento, dentro das especificações do fabricante. O período de cobertura da garantia de cada equipamento deverá ser iniciado imediatamente após as datas de vencimento da garantia atual e finalizado na data de vencimento da nova garantia, conforme as tabelas do item anterior, de forma que não haja descontinuidade na prestação dos serviços.																																
R.N05	Os serviços de suporte técnico deverão oferecer, no mínimo: a) suporte corporativo telefônico ou por e-mail, ilimitado, diretamente da Cisco, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, o ano inteiro; b) suporte ao Centro Técnico de Assistência Cisco (TAC) para identificação de falhas durante as horas de trabalho (9h às 17h); c) acesso às atualizações de correções do software (patches), melhorias do produto (updates) e mudanças de versão (upgrades); d) substituição de hardware com nível de serviço dentro de 1 (um) dia útil, durante 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana.																																

2. Requisitos Gerais para Prestação dos Serviços

ID	Descrição
R.GPS01	Deverá fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários para a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE sem qualquer ônus ao TRT-15. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322/2020, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.
R.GPS02	A CONTRATADA deverá assumir, objetivamente, a inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta os



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

	ônus inerentes aos serviços prestados, tais como: encargos fiscais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, licenças, férias e documentos concernentes ao contrato, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizar todo e qualquer dano / prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à CONTRATANTE ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.
--	--

3. Requisitos para Prestação do Suporte Técnico

ID	Descrição
R.PST01	A modalidade do suporte técnico SmartNet Cisco deverá ser 8x5xNBD (8 horas por dia e 5 dias por semana com reposição de peças no próximo dia útil do tipo on-site).
R.PST02	Deverá permitir o acesso à ferramentas on-line e Recursos de Transferência de Conhecimento: ter acesso direto à base de dados de conhecimento da Cisco, através de login e senha de acesso específicos, com informações, assistência e orientação para instalação, desinstalação, configuração e atualização de firmware e software, aplicação de correções (patches), diagnósticos, avaliações e resolução de problemas e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento dos equipamentos.
R.PST03	Deverá permitir contato ao Centro de Suporte Técnico Cisco (TAC – Technical Assistance Center): acesso mundial direto via web-site ou telefone 0800 no Brasil, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, à equipe com especialização técnica da Cisco, para suporte na solução de problemas e ao encaminhamento de problemas críticos ao setor competente. Não deverá haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software. Poderá ser solicitado ao fabricante acesso remoto aos equipamentos para ajuda na correção de problemas dos diversos tipos inclusive configuração sem custos adicionais.
R.PST04	A contratada deverá garantir assistência técnica, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante.
R.PST05	Os chamados técnicos deverão ser abertos por telefone (0800) ou via e-mail pelo gestor do contrato ou pelos fiscais ou, ainda, por pessoas por eles designadas, o prazo máximo para solução definitiva do problema será de acordo com a severidade do incidente e a contagem do prazo se iniciará a partir do registro do chamado, ou pelo contato telefônico com o fornecimento do número do protocolo da CONTRATADA ou a partir da confirmação do recebimento do e-mail, que deve ocorrer em, no máximo, 1 hora após o envio pela CONTRATANTE, salvo problemas comprovados de atraso no recebimento devido a problemas de força maior. A CONTRATADA deverá responder imediatamente ao e-mail, fornecendo o número do protocolo. O atendimento deverá ser efetuado em língua portuguesa, salvo quando for necessário um melhor detalhamento técnico.



R.PST06	Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização do TRT-15, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela contratada.
---------	---

4. Requisitos de Garantia e Manutenção

ID	Descrição
R.GM01	A extensão da garantia integral (hardware e software) dos equipamentos deverá ter início em 23/03/2023 para os switches core (Cisco Nexus 9508) e em 04/02/2023 para os switches de distribuição (Cisco WS-C3650). Os serviços de suporte e garantia deverão ser prestados pelo fabricante e pela empresa contratada e se estenderá até a data de EOSL constante nas Tabelas 1 e 2 do requisito R.N03.
R.GM02	Durante o período de garantia os equipamentos que apresentarem inoperância, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos. Igualmente, os módulos, peças, interfaces ou qualquer parte do equipamento que apresentarem funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos, sem ônus para o Tribunal, sendo o prazo de substituição, em ambos os casos, de 2 (dois) dias úteis.
R.GM03	O serviço de garantia deverá ser prestado na modalidade on site, em Campinas / SP, nos dias úteis, das 9 às 17 horas, e consistirá na reparação das eventuais falhas da solução e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos envolvidos. A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de e-mail para: sif.cartic@trt15.jus.br . A contratada deverá informar os dados (nome completo e documento de identidade) do(s) profissional(is) que prestará(ão) o serviço.
R.GM04	Todos os produtos, peças, componentes e materiais destinados à reparação ou à substituição deverão ser novos e originais (de procedência do fabricante do equipamento ou atestados por ele), tecnologicamente equivalentes ou superiores e com a mesma garantia dos produtos substituídos e deverão ser fornecidos sem ônus adicional. O Contratante poderá a seu critério e a qualquer tempo consultar o fabricante quanto à procedência de origem das peças e componentes fornecidos, através de número de série.
R.GM05	O término do reparo do equipamento não poderá ultrapassar o prazo previsto; caso contrário, a Contratada deverá providenciar a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração, em perfeitas condições de uso, como backup, até que seja sanado o defeito do equipamento. O prazo máximo para o backup permanecer no Tribunal não deverá ser superior a 30 (trinta) dias.
R.GM06	Quaisquer peças, componentes, acessórios ou outros materiais que apresentarem defeitos de fabricação e/ou instalação deverão ser substituídos por originais, iguais ou superiores, novos, sem ônus para o CONTRATANTE.
R.GM07	Durante todo o período de prestação dos serviços de suporte e garantia dos equipamentos, o fabricante e a empresa contratada deverão fornecer ou



	disponibilizar em website atualizações corretivas e evolutivas (novas versões e patches) de softwares e firmwares, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, permitindo todas as atualizações necessárias. Deverão prover atendimento de suporte para as implementações de atualizações corretivas e evolutivas, assim como em configurações de novos recursos e esclarecimentos de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos.
R.GM08	A garantia contratual exigida, nos termos do art. 56, da lei nº 8.666/93, será de 3% do valor total do contrato.

5. Requisitos Legais, Sociais e Ambientais

ID	Descrição
R.LSA01	Promover a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como peças substituídas, embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010).
R.LSA02	Todos os profissionais da CONTRATADA deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo bem como deverão portar crachá de identificação da empresa de forma visível quando da execução dos serviços nas unidades do TRT-15.
R.LSA03	A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
R.LSA04	Todos os produtos, peças, insumos e materiais destinados à reparação ou à substituição não deverão conter substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva Rohs (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento a este requisito, a critério do órgão, pode ser solicitado a qualquer momento da contratação e deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente (que inclui laudos técnicos emitidos



	por laboratórios acreditados pelo Inmetro) ou declaração do fabricante. As despesas correm por conta da contratada.
R.LSA05	Nos termos do Decreto nº 2.783/1998, e Resolução Conama nº 267/2000, é vedada a aquisição de produtos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, quais sejam: Clorofluorcarbonos (CFCs); Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs); Halons; Brometo de metila (permitida para fins agrícolas); Tetracloro de carbono (CTC); Metilclorofórmio; Hidrobromofluorcarbonos (HBFCs); e Hidrofluorcarbonos (HFCs). O atendimento a este requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou declaração do fabricante.
R.LSA06	A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos de equipamentos, originários da contratação, entendidos como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos ao descarte final, conforme disposto no item "Critérios e Práticas de Sustentabilidade – Logística Reversa" do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição (criado pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT).
R.LSA07	A contratada deverá cumprir as recomendações gerais, conforme disposto no item "2. Contratação de Serviços" do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição (criado pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT).

6. Requisitos de Segurança da Informação

ID	Descrição
R.SI01	A CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo em caráter estatístico, quaisquer informações originadas no TRT-15 sem prévia autorização formal. Será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo sobre quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo TRT-15 a tais documentos.
R.SI02	Obedecer às normas de segurança na área externa e interna ao Tribunal.
R.SI03	O acesso às instalações da Contratante onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas.
R.SI04	A Contratada deverá substituir imediatamente aquele profissional que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares da Contratante.

7. Requisitos de Recebimento e Aceite do Objeto

ID	Descrição
R.RAO01	Provisoriamente, para todos os itens, na entrega dos comprovantes dos pacotes de licenciamento e suporte, emitidos pela Cisco e condizentes com os part numbers dos itens contratados e com a relação de equipamentos constante no requisito R.N03.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

	Caberá à contratada acrescentar quaisquer informações e/ou esclarecimentos necessários à correta avaliação e utilização dos produtos fornecidos. Os termos de recebimento provisório (TRP) serão emitidos pelos fiscais demandante e técnico. O fiscal administrativo, em até 5 (cinco) dias úteis, analisará, bem como verificará a documentação e, estando em conformidade com o contrato e com o TRP, emitirá certidão.
R.RAO02	A emissão dos Termos de Recebimento Definitivos (TRD) caberá à Comissão Especial de Recebimento de Serviços de TIC, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento do TRP e da certidão do fiscal administrativo e, na sequência, caberá juntar o TRD ao processo para que a área administrativa encaminhe o processo para pagamento, que deve ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a juntada.
R.RAO03	Se for constatado que os produtos foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, os prazos de recebimento definitivo serão suspensos até que todas as pendências tenham sido devidamente sanadas pela contratada
R.RAO04	O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem a ética profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

8. Requisitos de Prazo

ID	Descrição
R.P01	A entrega dos pacotes de serviços de garantia total (software e hardware) deverá acontecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.
R.P02	O início da execução do contrato será formalizado por emissão de Ordem de Fornecimento por parte do TRT-15. O prazo para a CONTRATADA assinar a Ordem de Fornecimento é de até 5 dias úteis após a data de emissão.
R.P03	A garantia dos equipamentos se estenderá até a data fim de suporte técnico, de acordo com as tabelas do requisito R.N03.
R.P04	A vigência contratual terá início na data de assinatura do contrato e se estenderá: 1) Até 30/11/2025 para as 2 unidades do item 1 - switches core; 2) Até 31/10/2026 para as 4 unidades do item 2 - switches de distribuição.
R.P05	Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
R.P06	Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.
R.P07	Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, este somente será concedido nas hipóteses previstas no Art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93, em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, e deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: sif.cartic@trt15.jus.br . Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

R.P08	A CONTRATADA, em até 3 (três) dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar de forma digital, para cada atendimento realizado, ordem de serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, classificação da severidade, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades realizadas. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos e a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade.
-------	--

9. Requisitos para Eventuais Penalizações

ID	Descrição
R.EP01	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atraso ou não entrega de Ordens de Serviços para atendimentos em garantia e suporte técnico.
R.EP02	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por entregar, em desconformidade ou apenas parcialmente, o objeto segundo as especificações constantes nos Termos de Referência e demais disposições contratuais (penalidade incide de forma proporcional à parte não executada).
R.EP03	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por desacatar as orientações do Gestor do Contrato ou não prestar os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.
R.EP04	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por deixar de observar as políticas de segurança e normas de acesso do CONTRATANTE.
R.EP05	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atrasos injustificados na solução de chamados técnicos de suporte e garantia.
R.EP06	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atraso na entrega do objeto.
R.EP07	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atraso ou não assinatura do Contrato.
R.EP08	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atraso ou não apresentação da garantia contratual.
R.EP09	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por utilizar peças, parte de peças, componentes e outros materiais sem serem originais e ou novos.
R.EP10	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por deixar de manter a garantia ou de prestar os serviços previstos no Edital.
R.EP11	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por deixar de fornecer a seus empregados todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses

10. Requisitos de Execução dos Serviços de Garantia, Suporte e Assistência Técnica

ID	Descrição
R.ES01	Para o serviço de garantia técnica de hardware: a) A modalidade de atendimento deverá ser de 8x5xNBD (next business day).



	<p>b) Os atendimentos em dias úteis deverão ocorrer entre 9h e 17h.</p> <p>c) Para chamados abertos, em dia útil, até às 14h: a implementação de solução definitiva deverá ocorrer até às 17h do próximo dia útil; para chamados abertos, em dia útil, após às 14h, ou, em dia não útil, a qualquer hora: a implementação de solução definitiva deverá ocorrer até às 12h do segundo dia útil subsequente.</p>
R.ES02	<p>Para o serviço de suporte e assistência técnica:</p> <p>a) A modalidade de atendimento deverá ser de 24x7x365.</p> <p>b) Prioridade 1 (CRÍTICA): situações de emergência ou problemas críticos caracterizados, principalmente, pela existência de ambiente paralisado, ou que prejudicam a operação do ambiente, causando impactos significativos em seu desempenho ou a indisponibilidade dos serviços. Deve-se empregar todo esforço para restaurar a operação do ambiente afetado, mesmo que com solução de contorno ou sem plena redundância da solução. A critério do TRT-15, caso ocorra uma restauração parcial da solução, a prioridade do chamado poderá ser reclassificada, não impactando, no entanto, no prazo estabelecido para o serviço da garantia técnica de hardware. São exemplos de Prioridade 1 (crítica), eventos que causem: (i) falha grave ou parada total de módulo ou chassi; (ii) incapacidade de intervenção na administração e gerenciamento do equipamento. A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente, no prazo máximo de 2h (duas horas), contado a partir do horário da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas deve ocorrer no prazo de até 8h (oito horas), contado a partir do horário da abertura do chamado.</p> <p>c) Prioridade 2 (ALTA): Problemas que criam restrições severas à operação do ambiente, mas que causam impacto parcial sobre a produtividade ou disponibilidade dos serviços da rede corporativa; representa um incidente que está causando ou poderá vir a causar comprometimento do ambiente, considerando parcial degradação aos seus componentes, mas com continuidade de operação da rede. São exemplos de Prioridade 2 (alta), eventos que (i) afetam, mesmo que parcialmente, a redundância dos equipamentos da infraestrutura do TRT-15; (ii) prejudicam, mesmo que parcialmente, a capacidade de administração do equipamento; (iii) . A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 2h (duas horas), contado a partir do horário da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas deve ocorrer no prazo de até 24h (vinte e quatro horas), contado a partir do horário da abertura do chamado.</p> <p>d) Prioridade 3 (MÉDIA): Situações de baixo impacto ou problemas que se apresentem de forma intermitente, que, embora, não afetem a operação essencial do ambiente, exigem ações de monitoração, análise e correção. São exemplos de Prioridade 3 (média): problemas na qualidade da conexão na rede corporativa (perda de pacotes, instabilidade, latência). A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas ou a prestação dos esclarecimentos técnicos devem ocorrer no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da abertura do chamado.</p> <p>e) Prioridade 4 (BAIXA): Eventos ou solicitações que, a critério do TRT-15, não possuem necessidade de atendimento imediato, sendo que tais eventos não prejudicam o funcionamento dos diversos sistemas. São exemplos de Prioridade 4 (baixa): (i) problemas ou esclarecimentos técnicos que não</p>



	afetam a operação essencial do ambiente e que exigem ações de análise, relatório e monitoração de serviços; (ii) suporte técnico para atualizações de software e firmware. Atualizações e updates no ambiente, embora sejam tipicamente planejadas em horário comercial, poderão ter a execução agendada em janela fora do expediente comercial, a critério do Tribunal. A empresa CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de abertura do chamado. A solução definitiva deve ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de abertura do chamado. f) Em todos os casos, caso seja determinado que a solução do problema de um chamado implique na substituição de equipamento ou módulo, é facultado à CONTRATADA substituir temporariamente o equipamento ou módulo defeituoso por outro de mesmas características técnicas, ou superiores. A critério do TRT-15, a prioridade do chamado poderá ser reclassificada, não impactando, no entanto, no prazo estabelecido do serviço de garantia técnica de hardware.
R.ES03	Conforme gravidade ou criticidade do problema a ser resolvido, a CONTRATADA deverá viabilizar o escalonamento do incidente para a área de suporte ou engenharia do fabricante dos equipamentos devidamente capacitada a resolver o problema, sem custo adicional para o TRT-15. Para situações críticas deverá ser possível acionar diretamente o fabricante, todos os dias, em horário integral (24x7), via chamada local, e-mail ou internet junto ao fabricante.
R.ES04	A critério do TRT-15, o grau de prioridade do problema poderá ser reclassificado para mais ou para menos, conforme o andamento dos serviços, e a alteração das condições do problema.
R.ES05	Somente o TRT-15, por meio da análise e anuência de justificativa por escrito da CONTRATADA, poderá alterar o prazo de término dos serviços.

11. Garantia contratual

1. Para segurança do TRT-15 quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá apresentar, no prazo de 20 dias úteis, contados da assinatura do contrato, a garantia, no montante de 3% (três por cento) calculado sobre o valor total do contrato, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da lei nº 8.666/1993, com validade a partir do início da vigência contratual e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; multas punitivas aplicadas pelo TRT-15 à CONTRATADA; e prejuízos diretos causados ao TRT-15 decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

2. Quanto ao valor da garantia, caso ocorra acréscimo contratual, em conformidade com o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA se obriga a oferecer a garantia respectiva, anteriormente à assinatura do termo aditivo contratual correspondente.

3. Na eventualidade da ocorrência de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá renovar a garantia originalmente eleita, observadas as disposições desta cláusula.

4. A garantia, na modalidade caução em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do TRT-15.



5. A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto deste contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e da verificação da inexistência dos prejuízos dispostos no parágrafo primeiro desta cláusula.

6. O atraso superior ao prazo estabelecido no item 1. deste tópico, autoriza o TRT-15 a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 3% (três por cento) do valor contratado, a título de garantia.

7. O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior desta cláusula não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

8. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo sexto desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato.

12. Garantia on-site do objeto

1. O serviço de garantia deverá ser prestado na modalidade on site, em Campinas / SP, nos dias úteis, das 9 às 17 horas, e consistirá na reparação das eventuais falhas da solução e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos envolvidos. A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de e-mail para: sif.cartic@trt15.jus.br

2. O término do reparo do equipamento não poderá ultrapassar o prazo previsto; caso contrário, a Contratada deverá providenciar a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração, em perfeitas condições de uso, como backup, até que seja sanado o defeito do equipamento. O prazo máximo para o backup permanecer no Tribunal não deverá ser superior a 30 (trinta) dias.

3. O início de atendimento e da resolução do serviço de garantia será a hora da comunicação feita pelo Contratante à Contratada, conforme sistema de registro do próprio do solicitante.

4. Durante o período de garantia os equipamentos que apresentarem inoperância, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos. Igualmente, os módulos, peças, interfaces ou qualquer parte do equipamento que apresentarem funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos, sem ônus para o Tribunal, sendo o prazo de substituição, em ambos os casos, de 2 (dois) dias úteis.

5. A contratada deverá garantir assistência técnica da solução, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante.



6. A extensão da garantia integral (hardware e software) dos equipamentos deverá ter início em 23/03/2023 para os switches core (Cisco Nexus 9508) e em 04/02/2023 para os switches de distribuição (Cisco WS-C3650). Os serviços de suporte e garantia deverão ser prestados pelo fabricante e pela empresa contratada e se estenderá até a data de EOSL constante nas Tabelas 1 e 2 do requisito R.N03 no Anexo 1.

7. Todos os produtos, peças, componentes e materiais destinados à reparação ou à substituição deverão ser novos e originais (de procedência do fabricante do equipamento ou atestados por ele), tecnologicamente equivalentes ou superiores e com a mesma garantia dos produtos substituídos e deverão ser fornecidos sem ônus adicional. O Contratante poderá a seu critério e a qualquer tempo consultar o fabricante quanto à procedência de origem das peças e componentes fornecidos, através de número de série.

8. Os chamados técnicos deverão ser abertos por telefone (0800) ou via e-mail pelo gestor do contrato ou pelos fiscais ou, ainda, por pessoas por eles designadas, o prazo máximo para solução definitiva do problema será de acordo com a severidade do incidente e a contagem do prazo se iniciará a partir do registro do chamado, ou pelo contato telefônico com o fornecimento do número do protocolo da CONTRATADA ou a partir da confirmação do recebimento do e-mail, que deve ocorrer em, no máximo, 1 hora após o envio pela CONTRATANTE, salvo problemas comprovados de atraso no recebimento devido a problemas de força maior. A CONTRATADA deverá responder imediatamente ao e-mail, fornecendo o número do protocolo. O atendimento deverá ser efetuado em língua portuguesa, salvo quando for necessário um melhor detalhamento técnico.

9. Durante todo o período de prestação dos serviços de suporte e garantia dos equipamentos, o fabricante e a empresa contratada deverão fornecer ou disponibilizar em website atualizações corretivas e evolutivas (novas versões e patches) de softwares e firmwares, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, permitindo todas as atualizações necessárias. Deverão prover atendimento de suporte para as implementações de atualizações corretivas e evolutivas, assim como em configurações de novos recursos e esclarecimentos de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos.

10. Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização do TRT-15, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela contratada.

11. A CONTRATADA, em até 3 (três) dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar de forma digital, para cada atendimento realizado, ordem de serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, classificação da severidade, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades realizadas. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos e a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade

12. Deverá fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários para a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE sem qualquer ônus ao TRT-15. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322/2020, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do vírus que causa a COVID-19, e da necessidade de comprovação do gesto



vacinal (aplicação de pelo menos duas doses da vacina contra a COVID-19), para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.

II – ITEM 3 - DELL PRO SUPPORT

1.2.2. Especificação técnica do objeto

1. Requisitos de Negócio

ID	Descrição																				
R.N01	Contratação de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo DELL Pro Support na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL, empregados na rede de dados corporativa do TRT-15.																				
R.N02	Deverá incluir a substituição de componentes, módulos e acessórios para todos os elementos que façam parte da infraestrutura tecnológica dos Switches elencados. Deverá, ainda, incluir atualizações e correções de software utilizados nos equipamentos.																				
R.N03	<p>Deverá estabelecer o serviço de extensão de garantia total (hardware e software) para os equipamentos:</p> <p>Tabela 1: Switches SAN Dell Connectrix</p> <table><tr><td>Modelo</td><td>Part Number</td><td>Número de Série</td><td>Fim da Garantia</td></tr><tr><td>MDS-9148S</td><td>310225159</td><td>JPG204700G5</td><td>12/02/2022</td></tr><tr><td>MDS-9148S</td><td>310225159</td><td>JPG204700G9</td><td>12/02/2022</td></tr><tr><td>MDS-9396S</td><td>310225159</td><td>JPG204200AE</td><td>12/02/2022</td></tr><tr><td>MDS-9396S</td><td>310225159</td><td>JPG2041007L</td><td>12/02/2022</td></tr></table> <p>Compostos por: 4 equipamentos com fontes redundantes, portas ativas e licenciadas, cabos de força padrão ABNT NBR 14136, cordões ópticos e software de monitoramento.</p>	Modelo	Part Number	Número de Série	Fim da Garantia	MDS-9148S	310225159	JPG204700G5	12/02/2022	MDS-9148S	310225159	JPG204700G9	12/02/2022	MDS-9396S	310225159	JPG204200AE	12/02/2022	MDS-9396S	310225159	JPG2041007L	12/02/2022
Modelo	Part Number	Número de Série	Fim da Garantia																		
MDS-9148S	310225159	JPG204700G5	12/02/2022																		
MDS-9148S	310225159	JPG204700G9	12/02/2022																		
MDS-9396S	310225159	JPG204200AE	12/02/2022																		
MDS-9396S	310225159	JPG2041007L	12/02/2022																		
R.N04	A extensão de garantia e suporte dos produtos deve ser oficial e reconhecida pelo fabricante dos equipamentos (DELL). A garantia compreende o fornecimento de peças ou componentes na modalidade ON SITE, necessários para corrigir o mau funcionamento dos equipamentos que apresentarem falhas, mantendo-os em perfeito funcionamento, dentro das especificações do fabricante.																				
R.N05	Os serviços de suporte técnico deverão oferecer, no mínimo: a) suporte corporativo telefônico ou por e-mail, ilimitado, diretamente da DELL, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, o ano inteiro; b) suporte à Central de Atendimento DELL para identificação de falhas durante as horas de trabalho (9h às 17h); c) acesso às atualizações de correções do software (patches), melhorias do produto (updates) e mudanças de versão (upgrades); d) substituição de hardware com nível de serviço dentro de 1 (um) dia útil, durante 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana.																				
R.N06	Suporte e garantia para cento e quarenta e três (143) adaptadores ópticos (transceiver - SFP+ Enhanced Small Form-Factor Pluggable) com velocidade																				



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

	nominal de 8 Gbps, Short Wavelength (SWL), hot pluggable, compatíveis com os equipamentos que compõem a solução, conforme descritivo no Anexo 2 deste documento.
R.N07	Suporte e garantia para oito (8) adaptadores ópticos (transceiver - SFP+ Enhanced Small Form-Factor Pluggable) com velocidade nominal de 16 Gbps, Long Wavelength (LWL), hot pluggable, compatíveis com os equipamentos que compõem a solução, conforme descritivo no Anexo 2 deste documento.
R.N08	Suporte e garantia para sessenta e cinco (65) adaptadores ópticos (transceiver - SFP+ Enhanced Small Form-Factor Pluggable) com velocidade nominal de 16 Gbps, Short Wavelength (SWL), hot pluggable, compatível com os equipamentos que compõem a solução, conforme descritivo no Anexo 2 deste documento.

2. Requisitos Gerais para Prestação dos Serviços

ID	Descrição
R.GPS01	Deverá fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários para a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE sem qualquer ônus ao TRT-15. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322/2020, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do vírus que causa a COVID-19, e da necessidade de comprovação do gesto vacinal (aplicação de pelo menos duas doses da vacina contra a COVID-19), para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.
R.GPS02	A CONTRATADA deverá assumir, objetivamente, a inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta os ônus inerentes aos serviços prestados, tais como: encargos fiscais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, licenças, férias e documentos concernentes ao contrato, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizar todo e qualquer dano/ prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à CONTRATANTE ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

3. Requisitos para Prestação do Suporte Técnico

ID	Descrição
R.PST01	A modalidade do suporte técnico DELL Pro Support deverá ser 8x5xNBD (8 horas por dia e 5 dias por semana com reposição de peças no próximo dia útil do tipo on-site).
R.PST02	Deverá permitir o acesso à ferramentas on-line e Recursos de Transferência de Conhecimento: ter acesso direto à base de dados de conhecimento da DELL, através de login e senha de acesso específicos, com informações, assistência e orientação para instalação, desinstalação, configuração e atualização de firmware e software, aplicação de correções (patches),



	diagnósticos, avaliações e resolução de problemas e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento dos equipamentos.
R.PST03	Deverá permitir contato à Central de Atendimento DELL com acesso mundial direto via web-site ou telefone 0800 no Brasil, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, à equipe com especialização técnica da DELL, para suporte na solução de problemas e ao encaminhamento de problemas críticos ao setor competente. Não deverá haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software. Poderá ser solicitado ao fabricante acesso remoto aos equipamentos para ajuda na correção de problemas dos diversos tipos inclusive configuração sem custos adicionais.
R.PST04	A contratada deverá garantir assistência técnica, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante.
R.PST05	Os chamados técnicos deverão ser abertos por telefone (0800) ou via e-mail pelo gestor do contrato ou pelos fiscais ou, ainda, por pessoas por eles designadas, o prazo máximo para solução definitiva do problema será de acordo com a severidade do incidente e a contagem do prazo se iniciará a partir do registro do chamado, ou pelo contato telefônico com o fornecimento do número do protocolo da CONTRATADA ou a partir da confirmação do recebimento do e-mail, que deve ocorrer em, no máximo, 1 hora após o envio pela CONTRATANTE, salvo problemas comprovados de atraso no recebimento devido a problemas de força maior. A CONTRATADA deverá responder imediatamente ao e-mail, fornecendo o número do protocolo. O atendimento deverá ser efetuado em língua portuguesa, salvo quando for necessário um melhor detalhamento técnico.
R.PST06	Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização do TRT-15, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela contratada.

4. Requisitos de Garantia e Manutenção

ID	Descrição
R.GM01	A garantia integral (hardware e software) dos equipamentos deverá se iniciar a partir do primeiro dia útil após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), emitido pelo CONTRATANTE e estar vigente durante um período total de 60 meses. Deverá ser prestado pelo fabricante, com possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante. É comum no mercado a oferta de suporte e garantia de 60 meses para equipamentos de rede corporativos, caso do objeto em questão.
R.GM02	Durante o período de garantia os equipamentos que apresentarem inoperância, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos. Igualmente, os módulos, peças, interfaces ou qualquer parte do equipamento que apresentarem funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado, em 2(duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos,



	deverão ser substituídos, sem ônus para o Tribunal, sendo o prazo de substituição, em ambos os casos, de 2 (dois) dias úteis.
R.GM03	A assistência técnica e o suporte prestados durante o período da garantia consistirão na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento da solução com o fornecimento, sem custo adicional, de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive despesas com deslocamentos, peças, acessórios, mão de obra, diárias, impostos e demais despesas necessárias ao atendimento.
R.GM04	A assistência técnica será prestada na modalidade on site, em Campinas / SP, nos dias úteis, das 9 às 17 horas, e consistirá na reparação das eventuais falhas da solução e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos envolvidos. A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de e-mail para: sif.cartic@trt15.jus.br . A contratada deverá informar os dados (nome completo e documento de identidade) do(s) profissional(is) que prestará(ão) o serviço.
R.GM05	Todos os produtos, peças, insumos e materiais destinados à reparação ou à substituição deverão ser novos e originais, tecnologicamente equivalentes ou superiores e com a mesma garantia dos produtos substituídos e deverão ser fornecidos sem ônus adicional.
R.GM06	Os chamados técnicos devem ter a opção de abertura por telefone (0800) ou via e-mail pelo gestor do contrato ou pelos fiscais ou, ainda, por pessoas por eles designadas, o prazo máximo para solução definitiva do problema será de acordo com a severidade do incidente e a contagem do prazo se iniciará a partir do registro do chamado automático feito pela ferramenta, ou pelo contato telefônico com o fornecimento do número do protocolo da CONTRATADA ou a partir da confirmação do recebimento do e-mail, que deve ocorrer em, no máximo, 1 hora após o envio pela CONTRATANTE, salvo problemas comprovados de atraso no recebimento devido a problemas de força maior. A CONTRATADA deverá responder imediatamente ao e-mail, fornecendo o número do protocolo. O atendimento deverá ser efetuado em língua portuguesa.
R.GM07	Durante o período contratado, a CONTRATADA deverá, sem ônus para a CONTRATANTE, fornecer, instalar e configurar atualizações corretivas do software e firmware dos equipamentos disponibilizados pelo fabricante, além de prover esclarecimentos de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos.
R.GM08	Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização do TRT-15, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela contratada.
R.GM09	A CONTRATADA, em até 3 dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar, para cada atendimento realizado, em arquivo digital no formato PDF pelo email: sif.cartic@trt15.jus.br , ordem de serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades realizadas, ou em meio físico (papel timbrado) por ocasião do atendimento. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos, a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade.



R.GM10	Durante todo o período de garantia do equipamento, o fabricante deve disponibilizar no seu respectivo site web, download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares permitindo todas as atualizações necessárias.
R.GM11	A CONTRATADA deverá fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários para a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE sem qualquer ônus ao TRT-15. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322/2020, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do vírus que causa a COVID-19, e da necessidade de comprovação do gesto vacinal (aplicação de pelo menos duas doses da vacina contra a COVID-19), para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.
R.GM12	A garantia contratual exigida, nos termos do art. 56, da lei nº 8.666/93, será de 3% do valor total do contrato.

5. Requisitos Legais, Sociais e Ambientais

ID	Descrição
R.LSA01	Promover a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como peças substituídas, embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010).
R.LSA02	Todos os profissionais da CONTRATADA deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo bem como deverão portar crachá de identificação da empresa de forma visível quando da execução dos serviços nas unidades do TRT-15.
R.LSA03	A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.



R.LSA04	Todos os produtos, peças, insumos e materiais destinados à reparação ou à substituição não deverão conter substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva Rohs (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento a este requisito, a critério do órgão, pode ser solicitado a qualquer momento da contratação e deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente (que inclui laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro) ou declaração do fabricante. As despesas correm por conta da contratada.
R.LSA05	Nos termos do Decreto nº 2.783/1998, e Resolução Conama nº 267/2000, é vedada a aquisição de produtos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, quais sejam: Clorofluorcarbonos (CFCs); Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs); Halons; Brometo de metila (permitida para fins agrícolas); Tetracloreto de carbono (CTC); Metilclorofórmio; Hidrobromofluorcarbonos (HBFCs); e Hidrofluorcarbonos (HFCs). O atendimento a este requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou declaração do fabricante.
R.LSA06	A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos de equipamentos, originários da contratação, entendidos como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos ao descarte final, conforme disposto no item "Critérios e Práticas de Sustentabilidade – Logística Reversa" do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição (criado pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT).
R.LSA07	A contratada deverá cumprir as recomendações gerais, conforme disposto no item "2. Contratação de Serviços" do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição (criado pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT).

6. Requisitos de Segurança da Informação

ID	Descrição
R.SI01	A CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo em caráter estatístico, quaisquer informações originadas no TRT-15 sem prévia autorização formal. Será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo sobre quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo TRT-15 a tais documentos.
R.SI02	Obedecer às normas de segurança na área externa e interna ao Tribunal.
R.SI03	O acesso às instalações da Contratante onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas.
R.SI04	A Contratada deverá substituir imediatamente aquele profissional que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares da Contratante.



7. Requisitos de Recebimento e Aceite do Objeto

ID	Descrição
R.RAO01	Provisoriamente, para todos os itens, na entrega dos comprovantes dos pacotes de licenciamento e suporte, emitidos pela DELL e condizentes com os part numbers dos itens contratados e com a relação de equipamentos constante no requisito R.N03. Caberá à contratada acrescentar quaisquer informações e/ou esclarecimentos necessários à correta avaliação e utilização dos produtos fornecidos. Os termos de recebimento provisório (TRP) serão emitidos pelos fiscais demandante e técnico. O fiscal administrativo, em até 5 (cinco) dias úteis, analisará, bem como verificará a documentação e, estando em conformidade com o contrato e com o TRP, emitirá certidão.
R.RAO02	A emissão dos Termos de Recebimento Definitivos (TRD) caberá à Comissão Especial de Recebimento de Serviços de TIC, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento do TRP e da certidão do fiscal administrativo e, na sequência, caberá juntar o TRD ao processo para que a área administrativa encaminhe o processo para pagamento, que deve ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a juntada.
R.RAO03	Se for constatado que os produtos foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, os prazos de recebimento definitivo serão suspensos até que todas as pendências tenham sido devidamente sanadas pela contratada
R.RAO04	O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem a ética profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

8. Requisitos de Prazo

ID	Descrição
R.P01	A entrega dos pacotes de serviços de garantia total (software e hardware) deverá acontecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.
R.P02	O início da execução do contrato será formalizado por emissão de Ordem de Fornecimento por parte do TRT-15. O prazo para a CONTRATADA assinar a Ordem de Fornecimento é de até 5 dias úteis após a data de emissão.
R.P03	O prazo de suporte/garantia dos equipamentos, objeto do Edital, será de 60 (sessenta) meses e será contado a partir do primeiro dia útil após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pelo Contratante.
R.P04	O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses contados a partir do primeiro dia útil após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
R.P05	Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis.
R.P06	Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.
R.P07	Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, este somente será concedido nas hipóteses previstas no Art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93, em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, e deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

	anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: sif.cartic@trt15.jus.br . Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.
R.P08	A CONTRATADA, em até 3 (três) dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar de forma digital, para cada atendimento realizado, ordem de serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, classificação da severidade, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades realizadas. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos e a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade.

9. Requisitos para Eventuais Penalizações

ID	Descrição
R.EP01	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atraso ou não entrega de Ordens de Serviços para atendimentos em garantia e suporte técnico.
R.EP02	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por entregar, em desconformidade ou apenas parcialmente, o objeto segundo as especificações constantes nos Termos de Referência e demais disposições contratuais (penalidade incide de forma proporcional à parte não executada).
R.EP03	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por desacatar as orientações do Gestor do Contrato ou não prestar os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.
R.EP04	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por deixar de observar as políticas de segurança e normas de acesso do CONTRATANTE.
R.EP05	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atrasos injustificados na solução de chamados técnicos de suporte e garantia.
R.EP06	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atraso na entrega do objeto.
R.EP07	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atraso ou não assinatura do Contrato.
R.EP08	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por atraso ou não apresentação da garantia contratual.
R.EP09	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por utilizar peças, parte de peças, componentes e outros materiais sem serem originais e ou novos.
R.EP10	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por deixar de manter a garantia ou de prestar os serviços previstos no Edital.
R.EP11	Advertência e/ou multa, conforme critério do TRT-15, por deixar de fornecer a seus empregados todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses

10. Requisitos de Execução dos Serviços de Garantia, Suporte e Assistência Técnica



ID	Descrição
R.ES01	<p>Para o serviço de garantia técnica de hardware:</p> <p>a) A modalidade de atendimento deverá ser de 8x5xNBD (next business day).</p> <p>b) Os atendimentos em dias úteis deverão ocorrer entre 9h e 17h.</p> <p>c) Para chamados abertos, em dia útil, até às 14h: a implementação de solução definitiva deverá ocorrer até às 17h do próximo dia útil; para chamados abertos, em dia útil, após às 14h, ou, em dia não útil, a qualquer hora: a implementação de solução definitiva deverá ocorrer até às 12h do segundo dia útil subsequente.</p>
R.ES02	<p>Para o serviço de suporte e assistência técnica:</p> <p>a) A modalidade de atendimento deverá ser de 24x7x365.</p> <p>b) Prioridade 1 (CRÍTICA): situações de emergência ou problemas críticos caracterizados, principalmente, pela existência de ambiente paralisado, ou que prejudicam a operação do ambiente, causando impactos significativos em seu desempenho ou a indisponibilidade dos serviços. Deve-se empregar todo esforço para restaurar a operação do ambiente afetado, mesmo que com solução de contorno ou sem plena redundância da solução. A critério do TRT-15, caso ocorra uma restauração parcial da solução, a prioridade do chamado poderá ser reclassificada, não impactando, no entanto, no prazo estabelecido para o serviço da garantia técnica de hardware. São exemplos de Prioridade 1 (crítica), eventos que causem: (i) falha grave ou parada total no funcionamento do equipamento; (ii) incapacidade de intervenção na administração e gerenciamento do equipamento. A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente, no prazo máximo de 2h (duas horas), contado a partir do horário da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas deve ocorrer no prazo de até 8h (oito horas), contado a partir do horário da abertura do chamado.</p> <p>c) Prioridade 2 (ALTA): Problemas que criam restrições severas à operação do ambiente, mas que causam impacto parcial sobre a produtividade ou disponibilidade dos serviços da rede corporativa SAN; representa um incidente que está causando ou poderá vir a causar comprometimento do ambiente, considerando parcial degradação aos seus componentes, mas com continuidade de operação da rede. São exemplos de Prioridade 2 (alta), eventos que (i) afetam, mesmo que parcialmente, a redundância dos equipamentos da infraestrutura do TRT-15; (ii) prejudicam, mesmo que parcialmente, a capacidade de administração do equipamento; (iii). A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 2h (duas horas), contado a partir do horário da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas deve ocorrer no prazo de até 24h (vinte e quatro horas), contado a partir do horário da abertura do chamado.</p> <p>d) Prioridade 3 (MÉDIA): Situações de baixo impacto ou problemas que se apresentem de forma intermitente, que, embora, não afetem a operação essencial do ambiente, exigem ações de monitoração, análise e correção. São exemplos de Prioridade 3 (média): problemas na qualidade da conexão na rede SAN (instabilidade, latência). A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas ou a prestação dos esclarecimentos técnicos devem ocorrer no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da abertura do chamado.</p>



	<p>e) Prioridade 4 (BAIXA): Eventos ou solicitações que, a critério do TRT-15, não possuem necessidade de atendimento imediato, sendo que tais eventos não prejudicam o funcionamento dos diversos sistemas. São exemplos de Prioridade 4 (baixa): (i) problemas ou esclarecimentos técnicos que não afetam a operação essencial do ambiente e que exigem ações de análise, relatório e monitoração de serviços; (ii) suporte técnico para atualizações de software e firmware. Atualizações e updates no ambiente, embora sejam tipicamente planejadas em horário comercial, poderão ter a execução agendada em janela fora do expediente comercial, a critério do Tribunal. A empresa CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de abertura do chamado. A solução definitiva deve ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de abertura do chamado.</p> <p>f) Em todos os casos, Caso seja determinado que a solução do problema de um chamado implique na substituição de equipamento ou módulo, é facultado à CONTRATADA substituir temporariamente o equipamento ou módulo defeituoso por outro de mesmas características técnicas, ou superiores. A critério do TRT-15, a prioridade do chamado poderá ser reclassificada, não impactando, no entanto, no prazo estabelecido do serviço de garantia técnica de hardware.</p>
R.ES03	Conforme gravidade ou criticidade do problema a ser resolvido, a CONTRATADA deverá viabilizar o escalonamento do incidente para a área de suporte ou engenharia do fabricante dos equipamentos devidamente capacitada a resolver o problema, sem custo adicional para o TRT-15. Para situações críticas deverá ser possível acionar diretamente o fabricante, todos os dias, em horário integral (24x7), via chamada local, e-mail ou internet junto ao fabricante.
R.ES04	A critério do TRT-15, o grau de prioridade do problema poderá ser reclassificado para mais ou para menos, conforme o andamento dos serviços, e a alteração das condições do problema.
R.ES05	Somente o TRT-15, por meio da análise e anuência de justificativa por escrito da CONTRATADA, poderá alterar o prazo de término dos serviços.

11. Garantia contratual

1. Para segurança do TRT-15 quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá apresentar, no prazo de 20 dias úteis, contados da assinatura do contrato, a garantia, no montante de 3% (três por cento) calculado sobre o valor total do contrato, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da lei nº 8.666/1993, com validade a partir do início da vigência contratual e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; multas punitivas aplicadas pelo TRT-15 à CONTRATADA; e prejuízos diretos causados ao TRT-15 decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

2. Quanto ao valor da garantia, caso ocorra acréscimo contratual, em conformidade com o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA se obriga a oferecer a garantia respectiva, anteriormente à assinatura do termo aditivo contratual correspondente.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

3. Na eventualidade da ocorrência de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá renovar a garantia originalmente eleita, observadas as disposições desta cláusula.
4. A garantia, na modalidade caução em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do TRT-15.
5. A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto deste contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e da verificação da inexistência dos prejuízos dispostos no parágrafo primeiro desta cláusula.
6. O atraso superior ao prazo estabelecido no item 1. deste tópico, autoriza o TRT-15 a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 3% (três por cento) do valor contratado, a título de garantia.
7. O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior desta cláusula não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
8. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo sexto desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato.

12. Garantia on-site do objeto

1. O serviço de garantia deverá ser prestado na modalidade on site, em Campinas / SP, nos dias úteis, das 9 às 17 horas, e consistirá na reparação das eventuais falhas da solução e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos envolvidos. A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de e-mail para: sif.cartic@trt15.jus.br
2. O término do reparo do equipamento não poderá ultrapassar o prazo previsto; caso contrário, a Contratada deverá providenciar a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração, em perfeitas condições de uso, como backup, até que seja sanado o defeito do equipamento. O prazo máximo para o backup permanecer no Tribunal não deverá ser superior a 30 (trinta) dias.
3. O início de atendimento e da resolução do serviço de garantia será a hora da comunicação feita pelo Contratante à Contratada, conforme sistema de registro do próprio do solicitante.
4. Durante o período de garantia os equipamentos que apresentarem inoperância, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos. Igualmente, os módulos, peças, interfaces ou qualquer parte do equipamento que apresentarem funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos, sem ônus para o Tribunal, sendo o prazo de substituição, em ambos os casos, de 2 (dois) dias úteis.



5. A contratada deverá garantir assistência técnica da solução, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante.
6. A extensão da garantia integral (hardware e software) dos equipamentos deverá ter início à partir do primeiro dia útil após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo. Os serviços de suporte e garantia deverão ser prestados pelo fabricante e pela empresa contratada e se estenderá até a data de vigência, consoante ao período que está expresso no Anexo I - item 1 - R.P03 e R.P04.
7. Todos os produtos, peças, componentes e materiais destinados à reparação ou à substituição deverão ser novos e originais (de procedência do fabricante do equipamento ou atestados por ele), tecnologicamente equivalentes ou superiores e com a mesma garantia dos produtos substituídos e deverão ser fornecidos sem ônus adicional. O Contratante poderá a seu critério e a qualquer tempo consultar o fabricante quanto à procedência de origem das peças e componentes fornecidos, através de número de série.
8. Os chamados técnicos deverão ser abertos por telefone (0800) ou via e-mail pelo gestor do contrato ou pelos fiscais ou, ainda, por pessoas por eles designadas, o prazo máximo para solução definitiva do problema será de acordo com a severidade do incidente e a contagem do prazo se iniciará a partir do registro do chamado, ou pelo contato telefônico com o fornecimento do número do protocolo da CONTRATADA ou a partir da confirmação do recebimento do e-mail, que deve ocorrer em, no máximo, 1 hora após o envio pela CONTRATANTE, salvo problemas comprovados de atraso no recebimento devido a problemas de força maior. A CONTRATADA deverá responder imediatamente ao e-mail, fornecendo o número do protocolo. O atendimento deverá ser efetuado em língua portuguesa, salvo quando for necessário um melhor detalhamento técnico.
9. Durante todo o período de prestação dos serviços de suporte e garantia dos equipamentos, o fabricante e a empresa contratada deverão fornecer ou disponibilizar em website atualizações corretivas e evolutivas (novas versões e patches) de softwares e firmwares, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, permitindo todas as atualizações necessárias. Deverão prover atendimento de suporte para as implementações de atualizações corretivas e evolutivas, assim como em configurações de novos recursos e esclarecimentos de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos.
10. Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização do TRT-15, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela contratada.
11. A CONTRATADA, em até 3 (três) dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar de forma digital, para cada atendimento realizado, ordem de serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, classificação da severidade, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades realizadas. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos e a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade
12. Deverá fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários para a execução dos



serviços nas dependências da CONTRATANTE sem qualquer ônus ao TRT-15. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322/2020, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do vírus que causa a COVID-19, e da necessidade de comprovação do gesto vacinal (aplicação de pelo menos duas doses da vacina contra a COVID-19), para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.

13. Demais disposições

1. É de responsabilidade da Contratada o conhecimento das características do material relacionado no objeto desta licitação.
2. O TRT 15 não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

14. Anexo 2

1. Tabela Descritiva SFP's (R.N06 a R.N08)

1.1. Transceiver - SFP+ Enhanced Small Form-Factor Pluggable com velocidade nominal de 16 Gbps - Long Wavelength (LWL)

Serial Number	Name PID	Part Number	Tipo
FNS20190PMB	CISCO-FINISAR	FTLF1429P3BNV-C1	DS-SFP-FC16G-LW
FNS20190NRN			
FNS20200TD6			
FNS20200TDJ			
FNS20210SZF			
FNS20200TD2			
FNS20190UVZ			
FNS20210SK4			

1.2. Transceiver - SFP+ Enhanced Small Form-Factor Pluggable com velocidade nominal de 8 Gbps - Short Wavelength (SWL)

	Name PID	Part Number	Tipo
	CISCO-AVAGO	SFBR-5780AMZ-CS2	DS-SFP-FC8G-SW
Serial Number	Serial Number	Serial Number	
AVD2021B2P0	AVD2021BBR9	AVD2022B1LE	
AVD2021B8JW	AVD2022B1NM	AVD2022B0ZG	



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 1858/2022-2

AVD2021BEW F	AVD2022B1M4	AVD2022B1LC
AVD2021BFZ6	AVD2022B1N6	AVD2022B2ZS
AVD2021BG0R	AVD2022B2ZT	AVD2022B1P7
AVD2021B9A0	AVD2022B1NF	AVD2022B2ZR
AVD2021BAB5	AVD2022B1NL	AVD2022B0ZR
AVD2021B9W6	AVD2022B1NX	AVD2022B1M3
AVD2021B10D	AVD2022B1LD	AVD2022B1LW
AVD2021B4KG	AVD2022B36B	AVD2022B1M9
AVD2021B6VN	AVD2022B6UX	AVD2022B0Y0
AVD2021BABD	AVD2022B1P6	AVD2021BG0S
AVD2021BEYJ	AVD2022B2ZD	AVD2022B1ME
AVD2021B6VL	AVD2022B2ZZ	AVD2021BEUU
AVD2021BFYF	AVD2022B0Z2	AVD2022B1LX
AVD2021B5NK	AVD2022B1MB	AVD2021BAAB
AVD2021BBFN	AVD2022B2Z3	AVD2022B2ZH
AVD2021B6YE	AVD2022B1P3	AVD2021B1AU
AVD2021BG0Y	AVD2022B1MG	AVD2022B1YB
AVD2021BAAX	AVD2022B1PD	AVD2021BAA2
AVD2021B2AM	AVD2022B1PF	AVD2022B1PN
AVD2021BFXL	AVD2022B1PJ	AVD2021BA9G
AVD2021BE6W	AVD2022B0ZS	AVD2022B303
AVD2021B5R1	AVD2022B1XX	AVD2021B4P6
AVD2021B6UD	AVD2022B1P2	AVD2022B1NY
AVD2021B6L3	AVD2022B0WS	AVD2021BAB4
AVD2021BA8Y	AVD2022B1NP	AVD2022B1M1
AVD2021B6U W	AVD2022B2ZU	AVD2021BGB3
AVD2021BAV6	AVD2022B1M0	AVD2022B1YJ
AVD2021B6UU	AVD2022B1PB	AVD2021B7SU
AVD2021B6UR	AVD2022B0ZM	AVD2022B1MX
AVD2021B406	AVD2022B1ML	AVD2021BGBF
AVD2021BFZ0	AVD2022B0ZL	AVD2022B1MA



AVD2021BD0K	AVD2022B1PK	AVD2021B6N8	
AVD2021BAB7	AVD2022B1LY	AVD2022B1M5	
AVD2021B4SU	AVD2022B1MK	AVD2021BC5M	
AVD2021BB1H	AVD2022B2ZE	AVD2022B1LM	
AVD2021B6TY	AVD2022B1PL	AVD2021BA90	
AVD2021B726	AVD2022B1LF	AVD2022B1PG	
AVD2021BA8M	AVD2022B1NJ	AVD2021BGDJ	
AVD2021B6VV	AVD2022B1NB	AVD2022B2ZG	
AVD2021BAY5	AVD2022B1PA	AVD2021BFZU	
AVD2021BAY7	AVD2022B1MD	AVD2022B1NZ	
AVD2021BA92	AVD2022B0ZP		
AVD2021B6UJ	AVD2022B0ZE		
AVD2021BAY0	AVD2022B1LS		
AVD2021BFZ7	AVD2022B2ZV		
AVD2021BAAY	AVD2022B1MY		
AVD2021BBHE	AVD2022B1PE		
AVD2021B0Z8	AVD2022B1MZ		

1.3. Transceiver - SFP+ Enhanced Small Form-Factor Pluggable com velocidade nominal de 16 Gbps - Short Wavelength (SWL)

Serial Number	Name PID	Part Number	Tipo
AVJ2042J4LF	CISCO-AVAGO	AFBR-57F5PZ-CS1	DS-SFP-FC16G-SW
AVJ2042JE8J			
AVJ2042J378			
AVJ2042J4LC			
AVJ2042J4LN			
AVJ2042J3MT			
AVJ2042J39E			
AVJ2042JE7Z			
AVJ2042JE8L			
AVJ2042JE8S			
AVJ2042J3MG			



AVJ2042J2Y1			
AVJ2042J39J			
AVJ2042J3AR			
AVJ2042J2V6			
AVJ2042J2V6			
AVJ2043J2ZP			
AVJ2042J3AZ			
AVJ2042J4L7			
AVJ2043J3D2			
AVJ2042J4LP			
AVJ2043J2V9			
AVJ2042J3N7			
AVJ2043J2ZV			
AVJ2043J2UY			
AVJ2043J1FK			
AVJ2042J3MC			
AVJ2042J4NB			
AVJ2042J3AJ			
AVJ2042J3ME			
AVJ2043J30L			
AVJ2043J2P5			
AVJ2042J3MY			
Serial Number	Name PID	Part Number	Tipo
FNS20520U0A			
FNS20520MB G			
FNS20520PNX			
FNS20520X4L	CISCO-FINISAR	FTLF8529P3BCV-CS	DS-SFP-FC16G-SW
FNS205300K9			
FNS20520XPP			
FNS20520X21			
FNS20520XN3			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

FNS20520MVV			
FNS20520LR4			
FNS205300RJ			
FNS20520N2X			
FNS20520TZS			
FNS205300RB			
FNS20520LR7			
FNS20520MM1			
FNS20520X64			
FNS20520MXZ			
FNS20520MBD			
FNS20520NAH			
FNS20520Q09			
FNS20520Q0Q			
FNS20520FMZ			
FNS20520MBU			
FNS20520N0K			
FNS20520MV M			
FNS20520X8H			
FNS20520MBN			
FNS20520Q0Z			
FNS20520TNE			
FNS20520VUP			
FNS20520U4N			

2. ORÇAMENTO

Item	Descrição	Qtde	VI. Unit. Máximo (R\$)	VI. Total Máximo (R\$)
1	Fornecimento de pacotes de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD para Switches Modulares Cisco Nexus de	2 un	533.226,15	1.066.452,30



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

	Part Number N9K-C9508 e números de Série FGE20400VFV e FGE2122269N.			
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 1 (R\$)				1.066.452,30

Item	Descrição	Qtde	VI. Unit. Máximo (R\$)	VI. Total Máximo (R\$)
2	Fornecimento de pacotes de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD Switches de distribuição Cisco de Part Number WS-C3650-8X24PD-E e Números de Série FDO2151V1DZ, FDO2151V1BD, FDO2151V1CW e FDO2151V1DL	4 un	33.277,36	133.109,44
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 2 (R\$)				133.109,44

ITEM 3				
Subitem	Descrição	Qtde	VI. Unit. Máximo (R\$)	VI. Total Máximo (R\$)
1	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo ProSupport DELL na modalidade 8x5xNBD para Switches Fiber Channel (FC) de Rede SAN/ DELL Connectrix MDS-9148S/ ID Tag# JPG204700G5 e JPG204700G9.	2 un	133.734,05	267.468,10
2	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo ProSupport DELL na modalidade 8x5xNBD para Switches Fiber Channel (FC) de Rede SAN/ DELL Connectrix MDS-9396S/ ID Tag# JPG204200AE e JPG2041007L.	2 un	113.436,98	226.873,96
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 3 (R\$)				494.342,06

VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – TODOS OS ITENS (R\$)	1.693.903,80
---	---------------------

3. CONTRATAÇÃO

3.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora conforme a Minuta de Contrato – Anexo III e IV ao edital.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

3.2. A entrega do objeto, a instalação, os prazos de execução, a garantia do objeto, a garantia de execução contratual, as obrigações das partes, a vigência, a aplicação de sanções, o acompanhamento e fiscalização, o pagamento, a compensação financeira por eventual atraso no pagamento e demais disposições da contratação dar-se-ão segundo as cláusulas das minutas contratuais.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Item** para a Contratação de solução de Tecnologia de Informação e Comunicação para aquisição de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems, empregados na rede de dados corporativa do TRT-15 e de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo DELL Pro Support na modalidade 8x5xNBD – Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL, empregados na rede de dados Fiber Channel - Rede SAN do TRT-15, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III e IV, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

ITEM 1					
Descrição	Part Number do Serviço	Equipamento / Part Number / Números de série	Quant.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems empregados no TRT-15, nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos.		Switch Modular Cisco Nexus / N9K- C9508 / Séries: FGE20400VFV / FGE2122269N	2 un		
VALOR TOTAL – ITEM 1 (R\$)					

ITEM 2					
Descrição	Part Number do Serviço	Equipamento / Part Number / Números de série	Quant.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte		Switch de distribuição Cisco / WS- C3650-	4 un		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems empregados no TRT-15, nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos.		8X24PD-E / Séries: FDO2151V1DZ / FDO2151V1BD / FDO2151V1C W / FDO2151V1DL			
VALOR TOTAL – ITEM 2 (R\$)					

ITEM 3						
Sub item	Descrição	Part Number do Serviço	Equipamento / Part Number / Número de série	Quant	VI. Unit.	VI. Total
1	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo ProSupport DELL na modalidade 8x5xNBD, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL usados no TRT-15, nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos.		Switch Fibre Channel (FC) de Rede SAN/ DELL Connectrix MDS-9148S/ ID Tag# JPG204700G5 e JPG204700G9	2 un		
2	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo ProSupport DELL na modalidade 8x5xNBD, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL empregados no TRT-15, nos termos e condições constantes		Switch Fibre Channel (FC) de Rede SAN/ DELL Connectrix MDS-9396S/ ID Tag# JPG204200AE e JPG2041007L	2 un		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

	deste edital e seus anexos.					
VALOR TOTAL – ITEM 3 (R\$)						

*** O PREENCHIMENTO DA MARCA / MODELO É OBRIGATÓRIO!**

PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:			
NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:			
ENDEREÇO:			
CIDADE:	ESTADO:	CEP:	
TELEFONE:	CELULAR:		
E-MAIL:			
CNPJ:			
BANCO:			
Agência nº:	Dígito:	Conta Corrente nº:	Dígito:
		CORRENTE N.º:	
Local e data:			

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

ANEXO III AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA CONTRATO Nº ____/2022 PROCESSO PROAD Nº 1858/2022

Aos ____ (____) dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui por diante designado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por sua Secretária de Administração, _____, brasileira, portadora do RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por subdelegação de competência, pela Portaria DG 01/2018, artigo 3º, alínea "a", publicada no DEJT – Caderno Administrativo, de 13/12/2018, e a empresa _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, CEP _____, ora representada por seu _____, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ SSP-SP e do CPF nº _____, em conformidade com o resultado do PROAD nº 1858/2022, devidamente homologado no documento nº _____ do aludido processo, resolvem firmar o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, em como pelas cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto a contratação de solução de Tecnologia de Informação e Comunicação para aquisição de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems, empregados na rede de dados corporativa do TRT, conforme itens relacionados na tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Fornecimento de pacotes de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD para Switches Modulares Cisco Nexus de Part Number N9K-C9508 e Números de Série FGE20400VFX e FGE2122269N empregados no TRT, nos termos e condições constantes em edital e seus anexos.	Un.	02
2	Fornecimento de pacotes de extensão de garantia (hardware e software), bem como	Un.	04



	de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD Switches de distribuição Cisco de Part Number WS-C3650-8X24PD-E e Números de Série FDO2151V1DZ, FDO2151V1BD, FDO2151V1CW e FDO2151V1DL empregados no TRT, nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos		
--	---	--	--

Parágrafo Único – O objeto ora contratado encontra-se detalhado nas disposições da cláusula oitava deste instrumento e, para sua execução, a CONTRATADA deverá observar integralmente as especificações contidas no Termo de Referência que orientou a licitação e integra este contrato para todos os efeitos, como se nele estivessem integralmente transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – A CONTRATADA prestará o serviço de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems, empregados na rede de dados corporativa do TRT.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA deverá incluir a substituição de componentes, módulos e acessórios para todos os elementos que façam parte da infraestrutura tecnológica dos Switches elencados. Deverá, ainda, incluir atualizações e correções de software utilizados nos equipamentos.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA deverá estabelecer o serviço de extensão de garantia total (hardware e software) para os equipamentos até o fim de suporte técnico para cada item (EOSL - End-of-Service-Life), a partir do fim de cada garantia técnica vigente conforme a seguir:

Tabela 1: *Switches* Core Nexus 9508

Part Number	Número de Série	Fim da garantia	Fim do suporte do fabricante (EOSL)
N9K-C9508	FGE20400VFV	23/03/2023	30/11/2025
N9K-C9508	FGE2122269N	23/03/2023	30/11/2025

Tabela 2: *Switches* de Distribuição Cisco Catalyst 3650

Part Number	Número de Série	Fim da garantia	Fim do suporte do fabricante (EOSL)
-------------	-----------------	-----------------	-------------------------------------



WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1DZ	05/02/2023	31/10/2026
WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1BD	05/02/2023	31/10/2026
WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1CW	05/02/2023	31/10/2026
WS-C3650-8X24PD-E	FDO2151V1DL	05/02/2023	31/10/2026

Parágrafo Terceiro – A extensão de garantia e suporte dos produtos deve ser oficial e reconhecida pelo fabricante dos equipamentos (Cisco Systems). A garantia compreende o fornecimento de peças ou componentes na modalidade *ON SITE*, necessários para corrigir o mau funcionamento dos equipamentos que apresentarem falhas, mantendo-os em perfeito funcionamento, dentro das especificações do fabricante. O período de cobertura da garantia de cada equipamento deverá ser iniciado imediatamente após as datas de vencimento da garantia atual e finalizado na data de vencimento da nova garantia, conforme as tabelas do item anterior, de forma que não haja descontinuidade na prestação dos serviços.

Parágrafo Quarto – Os serviços de suporte técnico deverão oferecer, no mínimo:

- suporte corporativo telefônico ou por e-mail, ilimitado, diretamente da Cisco, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, o ano inteiro;
- suporte ao Centro Técnico de Assistência Cisco (TAC) para identificação de falhas durante as horas de trabalho (9h às 17h);
- acesso às atualizações de correções do software (patches), melhorias do produto (updates) e mudanças de versão (upgrades);
- substituição de hardware com nível de serviço dentro de 1 (um) dia útil, durante 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana.

Parágrafo Quinto – A modalidade do suporte técnico SmartNet Cisco deverá ser 8x5xNBD (8 horas por dia e 5 dias por semana com reposição de peças no próximo dia útil do tipo on-site).

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA deverá permitir o acesso à ferramentas on-line e Recursos de Transferência de Conhecimento: ter acesso direto à base de dados de conhecimento da Cisco, através de login e senha de acesso específicos, com informações, assistência e orientação para instalação, desinstalação, configuração e atualização de firmware e software, aplicação de correções (patches), diagnósticos, avaliações e resolução de problemas e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento dos equipamentos.

Parágrafo Sétimo – A CONTRATADA deverá permitir contato ao Centro de Suporte Técnico Cisco (TAC – Technical Assistance Center): acesso mundial direto via web-site ou telefone 0800 no Brasil, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, à equipe com especialização técnica da Cisco, para suporte na solução de problemas e ao encaminhamento de problemas críticos ao setor competente. Não deverá haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software. Poderá ser solicitado ao fabricante acesso remoto aos equipamentos para ajuda na correção de problemas dos diversos tipos inclusive configuração sem custos adicionais.



Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA deverá garantir assistência técnica, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante.

Parágrafo Nono – Os chamados técnicos deverão ser abertos por telefone (0800) ou via e-mail pelo gestor do contrato ou pelos fiscais ou, ainda, por pessoas por eles designadas. O prazo máximo para solução definitiva do problema será de acordo com a severidade do incidente e a contagem do prazo se iniciará a partir do registro do chamado, ou pelo contato telefônico com o fornecimento do número do protocolo da CONTRATADA ou a partir da confirmação do recebimento do e-mail, que deve ocorrer em, no máximo, 1 hora após o envio pelo TRT, salvo problemas comprovados de atraso no recebimento devido a problemas de força maior. A CONTRATADA deverá responder imediatamente ao e-mail, fornecendo o número do protocolo. O atendimento deverá ser efetuado em língua portuguesa, salvo quando for necessário um melhor detalhamento técnico.

Parágrafo Décimo – Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização do TRT, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Primeiro – A extensão da garantia integral (hardware e software) dos equipamentos deverá ter início em:

- I - 24/03/2023 para os switches core (Cisco Nexus 9508), para o objeto indicado no item 1 da cláusula primeira; e
- II - 06/02/2023 para os switches de distribuição (Cisco WS-C3650), para o objeto indicado no item 2 da cláusula primeira.

Parágrafo Décimo Segundo – Os serviços de suporte e garantia deverão ser prestados pelo fabricante e pela empresa CONTRATADA e se estenderá até a data de EOSL constante nas Tabelas 1 e 2 do parágrafo segundo desta cláusula.

Parágrafo Décimo Terceiro – Durante o período de garantia os equipamentos que apresentarem inoperância, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos. Igualmente, os módulos, peças, interfaces ou qualquer parte do equipamento que apresentarem funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos, sem ônus para o TRT, sendo o prazo de substituição, em ambos os casos, de 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo Décimo Quarto – O serviço de garantia deverá ser prestado na modalidade on site, em Campinas/SP, nos dias úteis, das 9h às 17h, e consistirá na reparação das eventuais falhas da solução e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos envolvidos. A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de e-mail para: sif.cartic@trt15.jus.br. A CONTRATADA deverá informar os dados (nome completo e documento de identidade) do(s) profissional(is) que prestará(ão) o serviço.



Parágrafo Décimo Quinto – Todos os produtos, peças, componentes e materiais destinados à reparação ou à substituição deverão ser novos e originais (de procedência do fabricante do equipamento ou atestados por ele), tecnologicamente equivalentes ou superiores e com a mesma garantia dos produtos substituídos e deverão ser fornecidos sem ônus adicional. O TRT poderá a seu critério e a qualquer tempo consultar o fabricante quanto à procedência de origem das peças e componentes fornecidos, através de número de série.

Parágrafo Décimo Sexto – O término do reparo do equipamento não poderá ultrapassar o prazo previsto; caso contrário, a CONTRATADA deverá providenciar a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração, em perfeitas condições de uso, como backup, até que seja sanado o defeito do equipamento. O prazo máximo para o backup permanecer no TRT não deverá ser superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Décimo Sétimo – Quaisquer peças, componentes, acessórios ou outros materiais que apresentarem defeitos de fabricação e/ou instalação deverão ser substituídos por originais, iguais ou superiores, novos, sem ônus para o TRT.

Parágrafo Décimo Oitavo – A entrega dos pacotes de serviços de garantia total (software e hardware) deverá acontecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

Parágrafo Décimo Nono – O início da execução do contrato será formalizado por emissão de Ordem de Fornecimento por parte do TRT. O prazo para a CONTRATADA assinar a Ordem de Fornecimento é de até 5 (cinco) dias úteis após a data de emissão.

Parágrafo Vigésimo – Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no TRT.

Parágrafo Vigésimo Primeiro – A CONTRATADA, em até 3 (três) dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar de forma digital, para cada atendimento realizado, ordem de serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, classificação da severidade, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades realizadas. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos e a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade.

Parágrafo Vigésimo Segundo – Para os serviços de garantia técnica de hardware:

- a) a modalidade de atendimento deverá ser de 8x5xNBD (next business day);
- b) os atendimentos em dias úteis deverão ocorrer entre 9h e 17h; e
- c) os chamados abertos, em dia útil, até às 14h: a implementação de solução definitiva deverá ocorrer até às 17h do próximo dia útil; para chamados abertos, em dia útil, após às 14h, ou, em dia não útil, a qualquer hora: a implementação de solução definitiva deverá ocorrer até às 12h do segundo dia útil subsequente.

Parágrafo Vigésimo Terceiro – Por ocasião da abertura de chamado, o TRT fornecerá as informações relativas ao problema detectado e, ainda, indicará o nível de severidade que o caso requer, devendo haver atendimento na modalidade 24x7x365, conforme representado no quadro abaixo:



NÍVEL	DESCRIÇÃO	TEMPO PARA SOLUÇÃO
Prioridad e 1 Crítico	<p>Situações de emergência ou problemas críticos caracterizados, principalmente, pela existência de ambiente paralisado, ou que prejudicam a operação do ambiente, causando impactos significativos em seu desempenho ou a indisponibilidade dos serviços.</p> <p>Deve-se empregar todo esforço para restaurar a operação do ambiente afetado, mesmo que com solução de contorno ou sem plena redundância da solução. A critério do TRT, caso ocorra uma restauração parcial da solução, a prioridade do chamado poderá ser reclassificada, não impactando, no entanto, no prazo estabelecido para o serviço da garantia técnica de hardware.</p> <p>São exemplos de Prioridade 1 (crítica), eventos que causem:</p> <p>I - falha grave ou parada total de módulo ou chassi;</p> <p>II - incapacidade de intervenção na administração e gerenciamento do equipamento.</p>	<p>A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente, no prazo máximo de 2h (duas horas), contado a partir do horário da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas deve ocorrer no prazo de até 8h (oito horas), contado a partir do horário da abertura do chamado.</p>
Prioridad e 2 Alta	<p>Problemas que criam restrições severas à operação do ambiente, mas que causam impacto parcial sobre a produtividade ou disponibilidade dos serviços da rede corporativa; representa um incidente que está causando ou poderá vir a causar comprometimento do ambiente, considerando parcial degradação aos seus componentes, mas com continuidade de operação da rede.</p> <p>São exemplos de Prioridade 2 (alta), eventos que:</p> <p>I - afetam, mesmo que parcialmente, a redundância dos equipamentos da infraestrutura do TRT;</p> <p>II - prejudicam, mesmo que parcialmente, a capacidade de administração do equipamento.</p>	<p>A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 2h (duas horas), contado a partir do horário da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas deve ocorrer no prazo de até 24h (vinte e quatro horas), contado a partir do horário da abertura do chamado.</p>



<p>Prioridad e 3</p> <p>Média</p>	<p>Situações de baixo impacto ou problemas que se apresentem de forma intermitente, que, embora, não afetem a operação essencial do ambiente, exigem ações de monitoração, análise e correção.</p> <p>São exemplos de Prioridade 3 (média): problemas na qualidade da conexão na rede corporativa (perda de pacotes, instabilidade, latência).</p>	<p>A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas ou a prestação dos esclarecimentos técnicos devem ocorrer no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da abertura do chamado.</p>
<p>Prioridad e 4</p> <p>Baixa</p>	<p>Eventos ou solicitações que, a critério do TRT, não possuem necessidade de atendimento imediato, sendo que tais eventos não prejudicam o funcionamento dos diversos sistemas.</p> <p>São exemplos de Prioridade 4 (baixa):</p> <p>I - problemas ou esclarecimentos técnicos que não afetam a operação essencial do ambiente e que exigem ações de análise, relatório e monitoração de serviços;</p> <p>II - suporte técnico para atualizações de software e firmware. Atualizações e updates no ambiente, embora sejam tipicamente planejadas em horário comercial, poderão ter a execução agendada em janela fora do expediente comercial, a critério do Tribunal.</p>	<p>A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de abertura do chamado. A solução definitiva deve ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de abertura do chamado.</p>

Parágrafo Vigésimo Quarto – Para fins de cumprimento aos chamados estabelecidos no parágrafo anterior, estabelece-se:

- a) Caso seja determinado que a solução do problema de um chamado implique na substituição de equipamento ou módulo, é facultado à CONTRATADA substituir temporariamente o equipamento ou módulo defeituoso por outro de mesmas características técnicas, ou superiores;
- b) A critério do TRT, a prioridade do chamado poderá ser reclassificada, não impactando, no entanto, no prazo estabelecido do serviço de garantia técnica de hardware;
- c) Conforme gravidade ou criticidade do problema a ser resolvido, a CONTRATADA deverá viabilizar o escalonamento do incidente para a área de suporte ou engenharia do fabricante dos equipamentos devidamente capacitada a resolver o problema, sem custo adicional para o TRT;
- d) Para situações críticas, deverá ser possível acionar diretamente o fabricante, todos os dias, em horário integral (24x7), via chamada local, e-mail ou internet junto ao fabricante;



- e) A critério do TRT, o grau de prioridade do problema poderá ser reclassificado para mais ou para menos, conforme o andamento dos serviços, e a alteração das condições do problema; e
- f) Somente o TRT, por meio da análise e anuência de justificativa por escrito da CONTRATADA, poderá alterar o prazo de término dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato e se obriga a:

1. indicar um preposto, em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao TRT para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo TRT;
2. cumprir todos os requisitos descritos no contrato, responsabilizando-se pelas despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, bem como trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, sem qualquer custo adicional para o TRT;
3. executar os serviços descritos neste instrumento nos prazos máximos determinados, bem como obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-os, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
5. responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não tem nenhum vínculo empregatício com o TRT;
6. responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
7. Respeitar o sistema de segurança do TRT e fornecer todas as informações solicitadas por ele, relativas ao cumprimento do contrato;
8. fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários para a execução dos serviços nas dependências da TRT;
9. acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
10. respeitar, e fazer com que seus funcionários respeitem, as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TRT, bem como respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores do TRT, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;
11. obedecer às normas de segurança na área externa e interna do TRT. O acesso às instalações do TRT onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas;
12. efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços, providenciando sua imediata substituição.
13. comprovar, sempre que solicitado, a aptidão técnica exigida dos técnicos que prestarão os serviços de consultoria e suporte técnico;



14. garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem estes de propriedade e uso exclusivo do TRT, sendo vedada, à CONTRATADA, sua cessão, locação, venda a terceiros, reprodução, utilização ou divulgação, mesmo em caráter estatístico, e independentemente da classificação de sigilo conferida pelo TRT a tais documentos;

15. observar as recomendações constantes do "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310/2021, de 24/09/2021), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial as seguintes:

a) manter essas condições que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual:

a.1) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;

a.2) não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

b) obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.

c) promover a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como peças substituídas, embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

d) assegurar que os equipamentos fornecidos não contenham substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil polibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva Rohs (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento a este requisito, a critério do TRT, pode ser solicitado a qualquer momento da contratação e deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente (que inclui laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro) ou declaração do fabricante. As despesas correm por conta da CONTRATADA;

e) nos termos do Decreto nº 2.783/1998, e Resolução Conama nº 267/2000, é vedada a aquisição de produtos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, quais sejam: Clorofluorcarbonos (CFCs), Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), Halons, Brometo de metila (permitida para fins agrícolas), Tetracloro de carbono (CTC), Metilclorofórmio, Hidrobromofluorcarbonos (HBFCs) e Hidrofluorcarbonos (HFCs). O atendimento a este



requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou declaração do fabricante;
f) providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos de equipamentos, originários da contratação, entendidos como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos ao descarte final, conforme disposto no item "Critérios e Práticas de Sustentabilidade – Logística Reversa" do *Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição*;

g) efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental do TRT; e
h) cumprir as recomendações gerais dispostas no item 2 - Contratação de Serviços, no que for pertinente ao objeto contratado.

16. manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:

a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);

c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17. responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços;

18. orientar seus funcionários, enquanto permanecerem nas dependências do TRT, a circularem trajando uniforme com logotipo da empresa e crachá de identificação;

19. Caso o produto entregue seja importado e a CONTRATADA não for a titular da obrigação tributária correspondente, a CONTRATADA deverá comprovar, no momento da entrega, a aquisição do produto importado pelo contratado não importador, junto ao seu fornecedor, de modo a afastar sua responsabilidade pelos tributos de importação, considerando não ser sujeito passivo tributário.

20. observar e atender às disposições editadas por este TRT, bem como na Resolução CNJ nº 322/2020, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, como o uso facultativo de máscaras, bem como cuidar para que seus colaboradores estejam de posse do comprovante do gesto vacinal completo quando da prestação de serviço nas dependências do TRT;

21. realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se o disposto nas cláusulas deste dispositivo referentes ao faturamento e ao recebimento. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA – A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do contrato ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento do objeto contratado.



Parágrafo Único - Responderá também, administrativamente, a CONTRATADA por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA – Fica vedado à CONTRATADA:

1. a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT, nos termos do que dispõe o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;
2. ceder, transferir a terceiros, ou subcontratar a prestação a que está obrigada, por qualquer forma, mesmo parcialmente, salvo nas hipóteses previstas na cláusula dezoito e mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério; e
3. caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Parágrafo Primeiro – A vedação a que se refere o item “1” do *caput* desta cláusula alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo Segundo – O descumprimento de qualquer das disposições desta cláusula ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula dezesseis.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT – O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a:

1. proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências do TRT onde os serviços serão executados;
2. fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
3. acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
4. relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades da CONTRATADA na prestação de serviços;
5. comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
6. suspender a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

7.

verificar o prazo estabelecido neste instrumento para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da CONTRATADA;

8.

zelar pela segurança dos materiais e equipamentos, evitando o manuseio por pessoas não habilitadas;

9.

efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado em moeda corrente nacional, após atestação da Nota Fiscal no sistema SIGEO.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO – A execução deste contrato será acompanhada pelo Coordenador de Administração de Recursos de TIC do TRT, André Pires Ferreira Bertoldi, designado gestor do contrato, e como gestor suplente, Júlio César Zanetti, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

Parágrafo Primeiro – Compete ao gestor deste contrato, entre outras atribuições:

1. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
2. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
3. Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato;
4. Encaminhar à Secretaria de Administração os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas; e
5. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto, sem qualquer ônus para o órgão participante.

Parágrafo Segundo – O gestor será auxiliado, nas ações de fiscalização da execução contratual, pela seguinte equipe de gestão:

- I - André Luis da Silva, da Seção de Redes de Dados, designado fiscal demandante, e como suplente, Rander Cheim Pires;
- II - Maurício Martinez Mota, da Seção de Infraestrutura Física de TIC, designado fiscal técnico, e como suplente, William dos Santos Albertoni; e
- III - André Luis Tomadão, da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos, designado Fiscal Administrativo, e como suplente, Carlos Rodrigues da Silva.

Parágrafo Terceiro - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA OITAVA: DO VALOR – O valor total deste contrato é de R\$ _____
(_____), conforme especificações contidas no quadro abaixo:



item	Descrição	Part Number do Serviço	Equipamento/ Part Number / Números de série	Qtde .	Valor Unitário o R\$	Valor Total R\$
1	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems empregados no TRT, nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos.		Switch Modular Cisco Nexus / N9K-C9508 / Séries: FGE20400VFW / FGE2122269N	2		
2	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo Cisco SmartNet e na modalidade 8x5xNBD para os ativos de infraestrutura do fabricante Cisco Systems empregados no TRT, nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos.		Switch de distribuição Cisco / WS-C3650-8X24PD-E / Séries: FDO2151V1DZ/ FDO2151V1BD/ FDO2151V1CW/ FDO2151V1DL	4		
Valor Total						

Parágrafo Único – Estão incluídos no valor mensal dos serviços as peças substituídas, os materiais utilizados e demais produtos necessários à execução dos serviços, bem como todas as despesas de locomoção, alimentação e hospedagem dos funcionários da CONTRATADA, além de todos os tributos, contribuições, despesas administrativas e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA DO CONTRATO – Para segurança do TRT quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, a garantia, no montante de 3% (três por cento) calculado sobre o valor total deste contrato, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da lei nº 8.666/1993, com validade a partir do início da vigência contratual e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

Parágrafo Primeiro – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Parágrafo Segundo – Quanto ao valor da garantia, caso ocorra acréscimo contratual, em conformidade com o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA



se obriga a oferecer a garantia respectiva, anteriormente à assinatura do termo aditivo contratual correspondente e conforme o *caput* desta cláusula.

Parágrafo Terceiro – Na eventualidade da ocorrência de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá renovar a garantia originalmente eleita, observadas as disposições desta cláusula.

Parágrafo Quarto – A garantia, na modalidade caução em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do TRT.

Parágrafo Quinto – A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto deste contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e da verificação da inexistência dos prejuízos dispostos no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Sexto – O atraso superior ao prazo estabelecido no caput desta cláusula autoriza o TRT a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 3% (três por cento) do valor contratado, a título de garantia.

Parágrafo Sétimo – O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior desta cláusula não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo sexto desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato.

CLÁUSULA DEZ: DO FATURAMENTO – No texto das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão constar: o objeto, o valor, o mês a que se refere e o número do processo que deu origem a esta contratação (PROAD nº 1858/2022).

Parágrafo Primeiro – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão ser emitidas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços e transmitidas ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas.

Parágrafo Segundo – Se o último dia do prazo previsto no parágrafo anterior não for dia útil, a transmissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas ao Sistema SIGEO deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo Terceiro – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, serão protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

CLÁUSULA ONZE: DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – O objeto deste contrato executado em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento será recebido, mediante termos circunstanciados, nas seguintes formas, observadas as disposições dos parágrafos desta cláusula:

1. provisoriamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993, pelos fiscais demandante e técnico deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega do objeto; e



2. definitivamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993, pela Comissão Especial de Recebimento de Serviços de TIC do TRT, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório bem como da emissão da certidão do fiscal administrativo do contrato, observado o parágrafo segundo desta cláusula.

Parágrafo Primeiro – Para o fim do disposto nesta cláusula, o recebimento provisório dos serviços consistirá na entrega dos comprovantes dos pacotes de licenciamento e suporte, emitidos pela Cisco e condizentes com os part numbers dos itens contratados e com a relação de equipamentos constante no parágrafo segundo da cláusula segunda. Caberá à CONTRATADA acrescentar quaisquer informações e/ou esclarecimentos necessários à correta avaliação e utilização dos produtos fornecidos.

Parágrafo Segundo – Por ocasião da entrega do objeto será requerido o fornecimento da documentação de suporte técnico e manutenção em garantia, contendo as informações necessárias para abertura dos chamados por telefone e por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente, etc.).

Parágrafo Terceiro – Recebida a Nota Fiscal, o fiscal administrativo, em até 5 (cinco) dias úteis, a analisar, bem como verificará a documentação e, estando em conformidade com o contrato e com o TRP, emitirá certidão. Caso haja algum erro, notificará a CONTRATADA por meio digital para as devidas correções.

Parágrafo Quarto – O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA da responsabilidade civil pela segurança dos serviços prestados, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos por lei ou por este instrumento.

Parágrafo Quinto – Se, após o aceite provisório, constatar-se que o objeto foi entregue em desacordo com o contrato ou com a proposta, com incorreção, ou incompleto, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, após a notificação por escrito à Contratada e até que seja sanada a situação.

Parágrafo Sexto – Os objetos entregues em desacordo com o especificado no Termo de Referência, no Instrumento Convocatório, no Contrato serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los dentro do prazo contratual, sob pena de se considerar atraso na entrega.

Parágrafo Sétimo – A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, a suas expensas, o material que vier a ser recusado.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA deverá entregar todo o material discriminado na nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento da obrigação.

Parágrafo Nono – Se houver erro nas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

CLÁUSULA DOZE: DO PAGAMENTO – O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos serviços, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta-corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório.

Parágrafo Primeiro – Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, ISSQN, INSS). No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

Parágrafo Segundo – Na data da emissão da ordem bancária, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade, conforme o item “16” da cláusula terceira, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, tão logo cessem as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da CONTRATADA e, se verificada irregularidade, o contrato poderá ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a critério do TRT, nos termos da cláusula dezesseis, com a aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Quarto - No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente da CONTRATADA, refere-se aos trâmites interbancários.

Parágrafo Quinto – A realização do pagamento à CONTRATADA somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

Parágrafo Sexto - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Parágrafo Sétimo - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA TREZE: DA VIGÊNCIA – A vigência deste contrato tem início com a assinatura deste contrato até:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

- I - 30/11/2025, para os *Switches Core* (item 1 da tabela da cláusula primeira);
II - 31/10/2026, para os *Switches de Distribuição* (item 2 da tabela da cláusula primeira).

CLÁUSULA QUATORZE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas com a execução do presente contrato serão atendidas à conta da Lei Orçamentária nº _____, de ____/____/20____, publicada no DOU de ____/____/20____, assim classificadas:

Nota de Empenho: 20__NE00____, de ____/____/20____.

Parágrafo Único – Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da dotação que for prevista para atender a obrigações da mesma natureza.

CLÁUSULA QUINZE: DAS SANÇÕES – Pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução do objeto deste instrumento, serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

Eventos	Ocorrência / Sanção
Atrasos, por dia útil, na entrega do objeto. Prazo: 30 dias	a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista; b) Do 1º ao 5º dia útil - Multa de 0,3% do valor do(s) item(ns) em atraso, por dia útil de atraso; c) Do 6º ao 10º dia útil - Multa de 0,5% do valor do(s) item(ns) em atraso, por dia útil de atraso; d) A partir do 10º dia útil - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do(s) item(ns) por dia útil de atraso até o limite de 10% do valor do(s) item(ns) em atraso; e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal; f) Não atendimento - Declaração de não idoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.
Atrasos, por dia útil, na solução dos	a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais



chamados de serviço de garantia em hardware - Prazo: 1 dia útil	<p>da data prevista;</p> <p>b) Do 1º ao 5º dia útil - Multa de 0,3% do valor do item por dia útil de atraso;</p> <p>c) Do 6º ao 10º dia útil - Multa de 0,5% do valor do item por dia útil de atraso;</p> <p>d) A partir do 10º dia útil - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do item por dia útil de atraso até o limite de 10% do valor do item;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não idoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.</p>
Atraso, por dia útil, para apresentação da Ordem de Serviço de atendimento realizado - Prazo: 3 dias úteis	<p>a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista para apresentação dos relatórios;</p> <p>b) Atraso de 1 a 10 dias úteis - Multa de 0,1% do valor do item correspondente por dia de atraso;</p> <p>c) Atraso de 11 até 20 dias úteis - Multa de 0,2% do valor do item correspondente por dia de atraso;</p> <p>d) Atraso de mais de 20 dias úteis - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor adjudicado;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não idoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.</p>
Atrasos na solução de chamados de severidade CRÍTICA - Todos os Itens. Prazo de solução: 8 horas	<p>a) Advertência - Atraso de 1 (uma) hora ou mais da hora prevista;</p> <p>b) Da 1ª a 9ª hora - Multa de 0,5% do valor do item correspondente por hora de atraso;</p> <p>c) Da 9ª a 18ª hora - Multa de 0,75% do valor do item correspondente por hora de atraso;</p> <p>d) A partir da 18ª hora - A critério da</p>



	<p>administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do item correspondente por hora de atraso até o limite de 20% do valor do item;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.</p>
<p>Atrasos na solução de chamados de severidade ALTA - Todos os Itens. Prazo de solução: 24 horas</p>	<p>a) Advertência - Atraso de 1 (uma) hora ou mais da hora prevista;</p> <p>b) Da 1ª a 12ª hora - Multa de 0,35% do valor do item correspondente por hora de atraso;</p> <p>c) Da 12ª a 24ª hora - Multa de 0,55% do valor do item correspondente por hora de atraso;</p> <p>d) A partir da 24ª hora - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 0,75% do valor do item correspondente por hora de atraso até o limite de 20% do valor do item;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.</p>
<p>Atrasos, por dia útil, na solução de chamados de severidade MÉDIA - Todos os Itens. Prazo: 3 dias úteis.</p>	<p>a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista;</p> <p>b) Do 1º ao 5º dia - Multa de 0,5% do valor do item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>c) Do 6º ao 10º dia - Multa de 0,75% do valor do item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>d) A partir do 10º dia - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do item correspondente por dia útil de atraso até o limite de 12% do valor do item;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo</p>



	de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal; f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.
Atrasos, por dia útil, na solução de chamados de severidade BAIXA - Todos os Itens. Prazo: 5 dias úteis.	a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista; b) Do 1º ao 5º dia - Multa de 0,35% do valor do item correspondente por dia útil de atraso; c) Do 6º ao 10º dia - Multa de 0,55% do valor do item correspondente por dia útil de atraso; d) A partir do 10º dia - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 0,75% do valor do item correspondente por dia útil de atraso até o limite de 12% do valor do item; e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal; f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.
Descumprimento das demais obrigações previstas no contrato.	Multa de 0,5%, calculada sobre o valor adjudicado do contrato, por evento, até o limite de 3% do valor total adjudicado.

Parágrafo Primeiro – Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.

Parágrafo Segundo – As penalidades de multa aplicadas ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor total deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Em caso de reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

Parágrafo Quarto – Será considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da data de comunicação do fato ao TRT.



Parágrafo Quinto – Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

Parágrafo Sexto – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT. Se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas, as penalidades ficarão sujeitas a critério da Administração.

Parágrafo Sétimo – A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA RESCISÃO – Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro – O atraso injustificado na execução dos serviços por período superior a 20 (vinte) dias úteis caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo – A rescisão deste contrato por culpa da CONTRATADA implicará multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Parágrafo Terceiro – Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT nos casos em que se aplicarem os incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZESSETE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS – As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

Parágrafo Primeiro – Na ausência do pagamento das multas o TRT poderá descontar o respectivo valor da garantia do contrato. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada de seus eventuais créditos. Inexistindo crédito em favor da CONTRATADA, os valores deverão ser por ela recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento-AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

Parágrafo Segundo – Caso a garantia do contrato seja totalmente utilizada por ocasião dos descontos decorrentes das multas aplicadas, a CONTRATADA deverá providenciar a reposição do respectivo valor.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

CLÁUSULA DEZOITO: DAS TRANSFORMAÇÕES DA CONTRATADA E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO CONTRATUAL – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8666/1993, o presente contrato poderá ser mantido com a CONTRATADA, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) a empresa CONTRATADA remanescente ou a beneficiária da cessão ou da transferência demonstre possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato, em especial as comprovações de regularidade previstas no item "16" da cláusula terceira deste contrato; e
- b) não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA DEZENOVE: DA ASSINATURA – A assinatura deste instrumento, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

Parágrafo Primeiro – A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

- a- assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b- assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

Parágrafo Segundo – A assinatura realizada na forma desta cláusula será considerada válida para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro – O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

Parágrafo Quarto – Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela CONTRATADA, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, conforme parágrafo terceiro desta cláusula, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela CONTRATADA em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

CLÁUSULA VINTE: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº 13.709/2018, a CONTRATADA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato da assinatura deste contrato, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

- I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;
- II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;



- III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;
- IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;
- V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual;
- IX - haverá a descaracterização do número do CPF quando da divulgação de ajustes em instrumentos contratuais e congêneres firmados por este TRT, a fim de se observar as disposições referentes à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais desta Corte; e
- X - a descaracterização de que trata o item anterior consistirá da ocultação dos três primeiros dígitos e dos dois dígitos verificadores, quer em relação aos CPF's dos representantes do TRT e das empresas e entidades com as quais este Regional celebra contrato ou instrumento congênere, quer dos empregados de empresas de serviços terceirizados, contratadas por este TRT.

Parágrafo Primeiro: A proteção de dados pessoais dos colaboradores da CONTRATADA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.

Parágrafo Segundo: O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica ciente que, para a celebração deste contrato e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da CONTRATADA e, assim, estes DECLARAM, no ato da assinatura deste contrato, o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

- a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;
- b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;
- c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

Parágrafo Quarto: A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.

CLÁUSULA VINTE E UM: DA PRORROGAÇÃO DE PRAZOS – Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, nas condições e nos casos especificados no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, apresentada com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida e reconhecida pelo TRT contemporaneamente ao fato que a ensejar.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: DA COMPATIBILIDADE – A CONTRATADA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: DA LEGISLAÇÃO – Aplicam-se ao presente contrato, especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como, subsidiariamente, as normas de direito comum, no que forem aplicáveis.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: DA VINCULAÇÃO – O presente contrato está vinculado ao PROAD nº 1858/2022 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VINTE E CINCO: DO FORO – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas – Justiça Federal do Estado de São Paulo – para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: DA CONCORDÂNCIA – As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem a todas as cláusulas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, ____ de _____ de 2022.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

TRT

CONTRATADA



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

ANEXO IV AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA
CONTRATO Nº ____/2022
PROCESSO PROAD Nº 1858/2022

Aos ____ (____) dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui por diante designado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por sua Secretária de Administração, _____, brasileira, portadora do RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por subdelegação de competência, pela Portaria DG 01/2018, artigo 3º, alínea "a", publicada no DEJT – Caderno Administrativo, de 13/12/2018, e a empresa _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, CEP _____, ora representada por seu _____, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ SSP-SP e do CPF nº _____, em conformidade com o resultado do PROAD nº 1858/2022, devidamente homologado no documento nº _____ do aludido processo, resolvem firmar o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, em como pelas cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto a contratação de solução de Tecnologia de Informação e Comunicação para aquisição de pacotes de serviços de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo DELL Pro Support na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL, empregados na rede de dados Fiber Channel - Rede SAN do TRT, conforme itens relacionados na tabela abaixo:

ITEM 3			
Subitem	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo ProSupport DELL na modalidade 8x5xNBD para Switches Fiber Channel (FC) de Rede SAN/ DELL Connectrix MDS-9148S/ ID Tag# JPG204700G5 e JPG204700G9	Un.	02
2	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como	Un.	02



	de suporte técnico especializado, do tipo ProSupport DELL na modalidade 8x5xNBD para Switches Fiber Channel (FC) de Rede SAN/ DELL Connectrix MDS-9396S/ ID Tag# JPG204200AE e JPG2041007L		
--	--	--	--

Parágrafo Único – O objeto ora contratado encontra-se detalhado nas disposições da cláusula oitava deste instrumento e, para sua execução, a CONTRATADA deverá observar integralmente as especificações contidas no Termo de Referência que orientou a licitação e integra este contrato para todos os efeitos, como se nele estivessem integralmente transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – A CONTRATADA prestará o serviço de extensão de garantia, bem como de suporte técnico especializado, do tipo DELL Pro Support na modalidade 8x5xNBD - Next Business Day, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL, empregados na rede de dados corporativa do TRT.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA deverá incluir a substituição de componentes, módulos e acessórios para todos os elementos que façam parte da infraestrutura tecnológica dos Switches elencados. Deverá, ainda, incluir atualizações e correções de software utilizados nos equipamentos.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA deverá estabelecer o serviço de extensão de garantia total (hardware e software) para os equipamentos:

Tabela 1: Switches SAN Dell Connectrix

Modelo	Part Number	Número de Série	Fim da garantia
MDS-9148S	310225159	JPG204700G5	12/02/2022
MDS-9148S	310225159	JPG204700G9	12/02/2022
MDS-9396S	310225159	JPG204200AE	12/02/2022
MDS-9396S	310225159	JPG2041007L	12/02/2022

Compostos por: 4 equipamentos com fontes redundantes, portas ativas e licenciadas, cabos de força padrão ABNT NBR 14136, cordões ópticos e software de monitoramento.

Parágrafo Terceiro – A extensão de garantia e suporte dos produtos deve ser oficial e reconhecida pelo fabricante dos equipamentos (DELL). A garantia compreende o fornecimento de peças ou componentes na modalidade ON SITE, necessários para corrigir o mau funcionamento dos equipamentos que apresentarem falhas, mantendo-os em perfeito funcionamento, dentro das especificações do fabricante.

Parágrafo Quarto – Os serviços de suporte técnico deverão oferecer, no mínimo:



- a) suporte corporativo telefônico ou por e-mail, ilimitado, diretamente da DELL, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, o ano inteiro;
- b) suporte à Central de Atendimento DELL para identificação de falhas durante as horas de trabalho (9h às 17h);
- c) acesso às atualizações de correções do software (patches), melhorias do produto (updates) e mudanças de versão (upgrades);
- d) substituição de hardware com nível de serviço dentro de 1 (um) dia útil, durante 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana.

Parágrafo Quinto – A modalidade do suporte técnico DELL Pro Support deverá ser 8x5xNBD (8 horas por dia e 5 dias por semana com reposição de peças no próximo dia útil do tipo on-site).

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA deverá fornecer suporte e garantia para 143 (cento e quarenta e três) adaptadores ópticos (transceiver - SFP+ Enhanced Small Form-Factor Pluggable) com velocidade nominal de 8 Gbps, Short Wavelength (SWL), hot pluggable, compatíveis com os equipamentos que compõem a solução, conforme descritivo contido no Anexo 2 do Termo de Referência relativo a esta contratação.

Parágrafo Sétimo – A CONTRATADA deverá fornecer suporte e garantia para oito (8) adaptadores ópticos (transceiver - SFP+ Enhanced Small Form-Factor Pluggable) com velocidade nominal de 16 Gbps, Long Wavelength (LWL), hot pluggable, compatíveis com os equipamentos que compõem a solução, conforme descritivo contido no Anexo 2 do Termo de Referência relativo a esta contratação.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA deverá fornecer suporte e garantia para sessenta e cinco (65) adaptadores ópticos (transceiver - SFP + Enhanced Small Form-Factor Pluggable) com velocidade nominal de 16 Gbps, Short Wavelength (SWL), hot pluggable, compatível com os equipamentos que compõem a solução, conforme descritivo contido no Anexo 2 do Termo de Referência relativo a esta contratação.

Parágrafo Nono – A CONTRATADA deverá permitir o acesso à ferramentas on-line e Recursos de Transferência de Conhecimento: ter acesso direto à base de dados de conhecimento da DELL, através de login e senha de acesso específicos, com informações, assistência e orientação para instalação, desinstalação, configuração e atualização de firmware e software, aplicação de correções (patches), diagnósticos, avaliações e resolução de problemas e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento dos equipamentos.

Parágrafo Décimo – A CONTRATADA deverá permitir contato à Central de Atendimento DELL com acesso mundial direto via web-site ou telefone 0800 no Brasil, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, à equipe com especialização técnica da DELL, para suporte na solução de problemas e ao encaminhamento de problemas críticos ao setor competente. Não deverá haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software. Poderá ser solicitado ao fabricante acesso remoto aos equipamentos para ajuda na correção de problemas dos diversos tipos inclusive configuração sem custos adicionais.

Parágrafo Décimo Primeiro – A CONTRATADA deverá garantir assistência técnica, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em



hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante.

Parágrafo Décimo Segundo – Os chamados técnicos deverão ser abertos por telefone (0800) ou via e-mail pelo gestor do contrato ou pelos fiscais ou, ainda, por pessoas por eles designadas, o prazo máximo para solução definitiva do problema será de acordo com a severidade do incidente e a contagem do prazo se iniciará a partir do registro do chamado, ou pelo contato telefônico com o fornecimento do número do protocolo da CONTRATADA ou a partir da confirmação do recebimento do e-mail, que deve ocorrer em, no máximo, 1 hora após o envio pelo TRT, salvo problemas comprovados de atraso no recebimento devido a problemas de força maior. A CONTRATADA deverá responder imediatamente ao e-mail, fornecendo o número do protocolo. O atendimento deverá ser efetuado em língua portuguesa, salvo quando for necessário um melhor detalhamento técnico.

Parágrafo Décimo Terceiro – Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização do TRT, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Quarto – A extensão da garantia integral (hardware e software) dos equipamentos deverá ter início à partir do primeiro dia útil após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), emitido pelo TRT, e estar vigente durante um período total de 60 meses, com possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante.

Parágrafo Décimo Quinto – Durante o período de garantia os equipamentos que apresentarem inoperância, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos. Igualmente, os módulos, peças, interfaces ou qualquer parte do equipamento que apresentarem funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos, sem ônus para o Tribunal, sendo o prazo de substituição, em ambos os casos, de 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo Décimo Sexto – A assistência técnica e o suporte prestados durante o período da garantia consistirão na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento da solução com o fornecimento, sem custo adicional, de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive despesas com deslocamentos, peças, acessórios, mão de obra, diárias, impostos e demais despesas necessárias ao atendimento.

Parágrafo Décimo Sétimo – A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA na modalidade on site, em Campinas/SP, nos dias úteis, das 9h às 17h, e consistirá na reparação das eventuais falhas da solução e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos envolvidos. A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de e-mail para: sif.cartic@trt15.jus.br. A CONTRATADA deverá informar os dados (nome completo e documento de identidade) do(s) profissional(is) que prestará(ão) o serviço.

Parágrafo Décimo Oitavo – Todos os produtos, peças, insumos e materiais destinados à reparação ou à substituição deverão ser novos e originais, tecnologicamente equivalentes



ou superiores e com a mesma garantia dos produtos substituídos e deverão ser fornecidos sem ônus adicional. O Contratante poderá a seu critério e a qualquer tempo consultar o fabricante quanto à procedência de origem das peças e componentes fornecidos, através de número de série.

Parágrafo Décimo Nono – Durante o período contratado, a CONTRATADA deverá, sem ônus para o TRT, fornecer, instalar e configurar atualizações corretivas do software e firmware dos equipamentos disponibilizados pelo fabricante, além de prover esclarecimentos de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos.

Parágrafo Vigésimo – A CONTRATADA, em até 3 (três) dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar, para cada atendimento realizado, em arquivo digital no formato PDF pelo email: sif.cartic@trt15.jus.br, ordem de serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades realizadas, ou em meio físico (papel timbrado) por ocasião do atendimento. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos, a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade.

Parágrafo Vigésimo Primeiro – Durante todo o período de garantia do equipamento, o fabricante deve disponibilizar no seu respectivo site web, download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares permitindo todas as atualizações necessárias.

Parágrafo Vigésimo Segundo – A entrega dos pacotes de serviços de garantia total (software e hardware) deverá acontecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

Parágrafo Vigésimo Terceiro – O início da execução do contrato será formalizado por emissão de Ordem de Fornecimento por parte do TRT. O prazo para a CONTRATADA assinar a Ordem de Fornecimento é de até 5 (cinco) dias úteis após a data de emissão.

Parágrafo Vigésimo Quarto – O prazo de suporte/garantia dos equipamentos, objeto deste contrato, será de 60 (sessenta) meses e será contado a partir do primeiro dia útil após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pelo TRT.

Parágrafo Vigésimo Quinto – Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis.

Parágrafo Vigésimo Sexto – Para os serviços de garantia técnica de hardware:

- a) a modalidade de atendimento deverá ser de 8x5xNBD (next business day);
- b) os atendimentos em dias úteis deverão ocorrer entre 9h e 17h; e
- c) os chamados abertos, em dia útil, até às 14h: a implementação de solução definitiva deverá ocorrer até às 17h do próximo dia útil; para chamados abertos, em dia útil, após às 14h, ou, em dia não útil, a qualquer hora: a implementação de solução definitiva deverá ocorrer até às 12h do segundo dia útil subsequente.

Parágrafo Vigésimo Sétimo – Por ocasião da abertura de chamado, o TRT fornecerá as informações relativas ao problema detectado e, ainda, indicará o nível de severidade que o caso requer, devendo haver atendimento na modalidade 24x7x365, conforme representado no quadro abaixo:



NÍVEL	DESCRIÇÃO	TEMPO PARA SOLUÇÃO
Prioridad e 1 Crítico	<p>Situações de emergência ou problemas críticos caracterizados, principalmente, pela existência de ambiente paralisado, ou que prejudicam a operação do ambiente, causando impactos significativos em seu desempenho ou a indisponibilidade dos serviços.</p> <p>Deve-se empregar todo esforço para restaurar a operação do ambiente afetado, mesmo que com solução de contorno ou sem plena redundância da solução. A critério do TRT, caso ocorra uma restauração parcial da solução, a prioridade do chamado poderá ser reclassificada, não impactando, no entanto, no prazo estabelecido para o serviço da garantia técnica de hardware.</p> <p>São exemplos de Prioridade 1 (crítica), eventos que causem:</p> <p>I - falha grave ou parada total de módulo ou chassi;</p> <p>II - incapacidade de intervenção na administração e gerenciamento do equipamento.</p>	<p>A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente, no prazo máximo de 2h (duas horas), contado a partir do horário da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas deve ocorrer no prazo de até 8h (oito horas), contado a partir do horário da abertura do chamado.</p>
Prioridad e 2 Alta	<p>Problemas que criam restrições severas à operação do ambiente, mas que causam impacto parcial sobre a produtividade ou disponibilidade dos serviços da rede corporativa SAN; representa um incidente que está causando ou poderá vir a causar comprometimento do ambiente, considerando parcial degradação aos seus componentes, mas com continuidade de operação da rede.</p> <p>São exemplos de Prioridade 2 (alta), eventos que:</p> <p>I - afetam, mesmo que parcialmente, a redundância dos equipamentos da infraestrutura do TRT;</p>	<p>A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 2h (duas horas), contado a partir do horário da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas deve ocorrer no prazo de até 24h (vinte e quatro horas), contado a partir do horário da abertura do chamado.</p>



	II - prejudicam, mesmo que parcialmente, a capacidade de administração do equipamento.	
Prioridad e 3 Média	Situações de baixo impacto ou problemas que se apresentem de forma intermitente, que, embora, não afetem a operação essencial do ambiente, exigem ações de monitoração, análise e correção. São exemplos de Prioridade 3 (média): problemas na qualidade da conexão na rede SAN (instabilidade, latência).	A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data da abertura do chamado. A solução definitiva dos problemas ou a prestação dos esclarecimentos técnicos devem ocorrer no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da abertura do chamado.
Prioridad e 4 Baixa	Eventos ou solicitações que, a critério do TRT, não possuem necessidade de atendimento imediato, sendo que tais eventos não prejudicam o funcionamento dos diversos sistemas. São exemplos de Prioridade 4 (baixa): I - problemas ou esclarecimentos técnicos que não afetam a operação essencial do ambiente e que exigem ações de análise, relatório e monitoração de serviços; II - suporte técnico para atualizações de software e firmware. Atualizações e updates no ambiente, embora sejam tipicamente planejadas em horário comercial, poderão ter a execução agendada em janela fora do expediente comercial, a critério do Tribunal.	A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de abertura do chamado. A solução definitiva deve ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de abertura do chamado.

Parágrafo Vigésimo Oitavo – Para fins de cumprimento aos chamados estabelecidos no parágrafo anterior, estabelece-se:

- a) Caso seja determinado que a solução do problema de um chamado implique na substituição de equipamento ou módulo, é facultado à CONTRATADA substituir temporariamente o equipamento ou módulo defeituoso por outro de mesmas características técnicas, ou superiores;
- b) A critério do TRT, a prioridade do chamado poderá ser reclassificada, não impactando, no entanto, no prazo estabelecido do serviço de garantia técnica de hardware;
- c) Conforme gravidade ou criticidade do problema a ser resolvido, a CONTRATADA deverá viabilizar o escalonamento do incidente para a área de suporte ou engenharia do fabricante dos equipamentos devidamente capacitada a resolver o problema, sem custo adicional para o TRT;



- d) Para situações críticas, deverá ser possível acionar diretamente o fabricante, todos os dias, em horário integral (24x7), via chamada local, e-mail ou internet junto ao fabricante;
- e) A critério do TRT, o grau de prioridade do problema poderá ser reclassificado para mais ou para menos, conforme o andamento dos serviços, e a alteração das condições do problema; e
- f) Somente o TRT, por meio da análise e anuência de justificativa por escrito da CONTRATADA, poderá alterar o prazo de término dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato e se obriga a:

1. indicar um preposto, em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao TRT para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo TRT;
2. cumprir todos os requisitos descritos no contrato, responsabilizando-se pelas despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, bem como trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, sem qualquer custo adicional para o TRT;
3. executar os serviços descritos neste instrumento nos prazos máximos determinados, bem como obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-os, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
5. responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não tem nenhum vínculo empregatício com o TRT;
6. responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
7. Respeitar o sistema de segurança do TRT e fornecer todas as informações solicitadas por ele, relativas ao cumprimento do contrato;
8. fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários para a execução dos serviços nas dependências da TRT, fiscalizar o seu uso, bem como fornecer a seus técnicos todos os instrumentos necessários à execução dos serviços;
9. acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
10. respeitar, e fazer com que seus funcionários respeitem, as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TRT, bem como respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores do TRT, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;
11. obedecer às normas de segurança na área externa e interna do TRT. O acesso às instalações do TRT onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas;
12. efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços, providenciando sua imediata substituição.



13. comprovar, sempre que solicitado, a aptidão técnica exigida dos técnicos que prestarão os serviços de consultoria e suporte técnico;

14. garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem estes de propriedade e uso exclusivo do TRT, sendo vedada, à CONTRATADA, sua cessão, locação, venda a terceiros, reprodução, utilização ou divulgação, mesmo em caráter estatístico, e independentemente da classificação de sigilo conferida pelo TRT a tais documentos;

15. observar as recomendações constantes do "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310/2021, de 24/09/2021), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial as seguintes:

a) manter essas condições que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual:

a.1) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;

a.2) não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

b) obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.

c) promover a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como peças substituídas, embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

d) assegurar que os equipamentos fornecidos não contenham substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil polibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva Rohs (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento a este requisito, a critério do TRT, pode ser solicitado a qualquer momento da contratação e deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente (que inclui laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro) ou declaração do fabricante. As despesas correm por conta da CONTRATADA;

e) nos termos do Decreto nº 2.783/1998, e Resolução Conama nº 267/2000, é vedada a aquisição de produtos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, quais sejam: Clorofluorcarbonos (CFCs), Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), Halons, Brometo de metila (permitida para fins agrícolas), Tetracloro de carbono (CTC), Metilclorofórmio,



Hidrobromofluorcarbonos (HBFCs) e Hidrofluorcarbonos (HFCs). O atendimento a este requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou declaração do fabricante;

f) providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos de equipamentos, originários da contratação, entendidos como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos ao descarte final, conforme disposto no item "Critérios e Práticas de Sustentabilidade – Logística Reversa" do *Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição*;

g) efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental do TRT; e

h) cumprir as recomendações gerais dispostas no item 2 - Contratação de Serviços, no que for pertinente ao objeto contratado.

16. manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:

a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);

c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17. responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços;

18. orientar seus funcionários, enquanto permanecerem nas dependências do TRT, a circularem trajando uniforme com logotipo da empresa e crachá de identificação;

19. Caso o produto entregue seja importado e a Contratada não for a titular da obrigação tributária correspondente, a contratada deverá comprovar, no momento da entrega, a aquisição do produto importado pelo contratado não importador, junto ao seu fornecedor, de modo a afastar sua responsabilidade pelos tributos de importação, considerando não ser sujeito passivo tributário.

20. observar e atender às disposições editadas por este TRT, bem como na Resolução CNJ nº 322/2020, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, como o uso facultativo de máscaras, bem como cuidar para que seus colaboradores estejam de posse do comprovante do gesto vacinal completo quando da prestação de serviço nas dependências do TRT;

21. realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se o disposto nas cláusulas deste dispositivo referentes ao faturamento e ao recebimento. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico:

<https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA – A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do contrato ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento do objeto contratado.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

Parágrafo Único - Responderá também, administrativamente, a CONTRATADA por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA – Fica vedado à CONTRATADA:

1. a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT, nos termos do que dispõe o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;
2. ceder, transferir a terceiros, ou subcontratar a prestação a que está obrigada, por qualquer forma, mesmo parcialmente, salvo nas hipóteses previstas na cláusula dezoito e mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério; e
3. caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Parágrafo Primeiro – A vedação a que se refere o item “1” do *caput* desta cláusula alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo Segundo – O descumprimento de qualquer das disposições desta cláusula ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula dezesseis.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT – O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a:

1. proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências do TRT onde os serviços serão executados;
2. fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
3. acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
4. relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades da CONTRATADA na prestação de serviços;
5. comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
6. suspender a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

7.

verificar o prazo estabelecido neste instrumento para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da CONTRATADA;

8.

zelar pela segurança dos materiais e equipamentos, evitando o manuseio por pessoas não habilitadas;

9.

efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado em moeda corrente nacional, após atestação da Nota Fiscal no sistema SIGEO.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO – A execução deste contrato será acompanhada pelo Coordenador de Administração de Recursos de TIC do TRT, André Pires Ferreira Bertoldi, designado gestor do contrato, e como gestor suplente, Júlio César Zanetti, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

Parágrafo Primeiro – Compete ao gestor deste contrato, entre outras atribuições:

1. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
2. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
3. Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato;
4. Encaminhar à Secretaria de Administração os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas; e
5. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto, sem qualquer ônus para o órgão participante.

Parágrafo Segundo – O gestor será auxiliado, nas ações de fiscalização da execução contratual, pela seguinte equipe de gestão:

- I - André Luis da Silva, da Seção de Redes de Dados, designado fiscal demandante, e como suplente, Rander Cheim Pires;
- II - William dos Santos Albertoni, da Seção de Infraestrutura Física de TIC, designado fiscal técnico, e como suplente, Maurício Martinez Mota; e
- III - André Luis Tomadão, da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos, designado Fiscal Administrativo, e como suplente, Carlos Rodrigues da Silva.

Parágrafo Terceiro - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA OITAVA: DO VALOR – O valor total deste contrato é de R\$ _____
(_____), conforme especificações contidas no quadro abaixo:



ITEM 3						
Subitem	Descrição	Part Number do Serviço	Equipamento/ Part Number / Números de série	Qtde .	Valor Unitário o R\$	Valor Total R\$
1	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo ProSupport DELL na modalidade 8x5xNBD, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL usados no TRT, nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos.		Switch Fibre Channel (FC) de Rede SAN/ DELL Connectrix MDS-9148S/ ID Tag# JPG204700G5 e JPG204700G9	2		
2	Fornecimento de pacote de extensão de garantia (hardware e software), bem como de suporte técnico especializado, do tipo ProSupport DELL na modalidade 8x5xNBD, para os ativos de infraestrutura do fabricante DELL empregados no TRT, nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos.		Switch Fibre Channel (FC) de Rede SAN/ DELL Connectrix MDS-9396S/ ID Tag# JPG204200AE e JPG2041007L	2		
Valor Total						

CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA DO CONTRATO – Para segurança do TRT quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, a garantia, no montante de 3% (três por cento) calculado sobre o valor total deste contrato, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da lei nº 8.666/1993, com validade a partir do início da vigência contratual e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

Parágrafo Primeiro – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Parágrafo Segundo – Quanto ao valor da garantia, caso ocorra acréscimo contratual, em conformidade com o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA se obriga a oferecer a garantia respectiva, anteriormente à assinatura do termo aditivo contratual correspondente e conforme o *caput* desta cláusula.



Parágrafo Terceiro – Na eventualidade da ocorrência de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá renovar a garantia originalmente eleita, observadas as disposições desta cláusula.

Parágrafo Quarto – A garantia, na modalidade caução em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do TRT.

Parágrafo Quinto – A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto deste contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e da verificação da inexistência dos prejuízos dispostos no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Sexto – O atraso superior ao prazo estabelecido no caput desta cláusula autoriza o TRT a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 3% (três por cento) do valor contratado, a título de garantia.

Parágrafo Sétimo – O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior desta cláusula não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo sexto desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato.

CLÁUSULA DEZ: DO FATURAMENTO – No texto das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão constar: o objeto, o valor, o mês a que se refere e o número do processo que deu origem a esta contratação (PROAD nº 1858/2022).

Parágrafo Primeiro – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão ser emitidas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços e transmitidas ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas.

Parágrafo Segundo – Se o último dia do prazo previsto no parágrafo anterior não for dia útil, a transmissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas ao Sistema SIGEO deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo Terceiro – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, serão protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

CLÁUSULA ONZE: DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – O objeto deste contrato executado em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento será recebido, mediante termos circunstanciados, nas seguintes formas, observadas as disposições dos parágrafos desta cláusula:

1. provisoriamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/1993, pelos fiscais demandante e técnico deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega do objeto; e

2. definitivamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “b”, da Lei n.º 8.666/1993, pela Comissão Especial de Recebimento de Serviços de TIC do TRT, no prazo de até 5



(cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório bem como da emissão da certidão do fiscal administrativo do contrato, observado o parágrafo segundo desta cláusula.

Parágrafo Primeiro – Para o fim do disposto nesta cláusula, o recebimento provisório dos serviços consistirá na entrega dos comprovantes dos pacotes de licenciamento e suporte, emitidos pela DELL e condizentes com os part numbers dos itens contratados e com a relação de equipamentos constante no parágrafo segundo da cláusula segunda. Caberá à CONTRATADA acrescentar quaisquer informações e/ou esclarecimentos necessários à correta avaliação e utilização dos produtos fornecidos.

Parágrafo Segundo – Por ocasião da entrega do objeto será requerido o fornecimento da documentação de suporte técnico e manutenção em garantia, contendo as informações necessárias para abertura dos chamados por telefone e por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente, etc.).

Parágrafo Terceiro – Recebida a Nota Fiscal, o fiscal administrativo, em até 5 (cinco) dias úteis, a analisará, bem como verificará a documentação e, estando em conformidade com o contrato e com o TRP, emitirá certidão. Caso haja algum erro, notificará a CONTRATADA por meio digital para as devidas correções.

Parágrafo Quarto – O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA da responsabilidade civil pela segurança dos serviços prestados, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos por lei ou por este instrumento.

Parágrafo Quinto – Se, após o aceite provisório, constatar-se que o objeto foi entregue em desacordo com o contrato ou com a proposta, com incorreção, ou incompleto, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, após a notificação por escrito à Contratada e até que seja sanada a situação.

Parágrafo Sexto – Os objetos entregues em desacordo com o especificado no Termo de Referência, no Instrumento Convocatório, no Contrato serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los dentro do prazo contratual, sob pena de se considerar atraso na entrega.

Parágrafo Sétimo – A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, a suas expensas, o material que vier a ser recusado.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA deverá entregar todo o material discriminado na nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento da obrigação.

Parágrafo Nono – Se houver erro nas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

CLÁUSULA DOZE: DO PAGAMENTO – O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos serviços, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta-corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório.

Parágrafo Primeiro – Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, ISSQN, INSS). No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

Parágrafo Segundo – Na data da emissão da ordem bancária, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade, conforme o item “16” da cláusula terceira, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, tão logo cessem as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da CONTRATADA e, se verificada irregularidade, o contrato poderá ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a critério do TRT, nos termos da cláusula dezesseis, com a aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Quarto - No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente da CONTRATADA, refere-se aos trâmites interbancários.

Parágrafo Quinto – A realização do pagamento à CONTRATADA somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

Parágrafo Sexto - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Parágrafo Sétimo - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA TREZE: DA VIGÊNCIA – A vigência deste contrato é de 60 (sessenta) meses contados a partir do primeiro dia útil a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

CLÁUSULA QUATORZE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas com a execução do presente contrato serão atendidas à conta da Lei Orçamentária nº _____, de ____/____/20____, publicada no DOU de ____/____/20____, assim classificadas:

Nota de Empenho: 20__NE00____, de ____/____/20____.

Parágrafo Único – Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da dotação que for prevista para atender a obrigações da mesma natureza.

CLÁUSULA QUINZE: DAS SANÇÕES – Pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução do objeto deste instrumento, serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

Eventos	Ocorrência / Sanção
Atrasos, por dia útil, na entrega do objeto. Prazo: 30 dias	a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista; b) Do 1º ao 5º dia útil - Multa de 0,3% do valor do(s) item(ns) em atraso, por dia útil de atraso; c) Do 6º ao 10º dia útil - Multa de 0,5% do valor do(s) item(ns) em atraso, por dia útil de atraso; d) A partir do 10º dia útil - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do(s) item(ns) por dia útil de atraso até o limite de 10% do valor do(s) item(ns) em atraso; e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal; f) Não atendimento - Declaração de não idoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.
Atrasos, por dia útil, na solução dos chamados de serviço de garantia em hardware - Prazo: 1 dia útil	a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista; b) Do 1º ao 5º dia útil - Multa de 0,3% do valor do item por dia útil de atraso; c) Do 6º ao 10º dia útil - Multa de 0,5% do



	<p>valor do item por dia útil de atraso;</p> <p>d) A partir do 10º dia útil - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do item por dia útil de atraso até o limite de 10% do valor do item;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.</p>
<p>Atraso, por dia útil, para apresentação da Ordem de Serviço de atendimento realizado - Prazo: 3 dias úteis</p>	<p>a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista para apresentação dos relatórios;</p> <p>b) Atraso de 1 a 10 dias úteis - Multa de 0,1% do valor do item correspondente por dia de atraso;</p> <p>c) Atraso de 11 até 20 dias úteis - Multa de 0,2% do valor do item correspondente por dia de atraso;</p> <p>d) Atraso de mais de 20 dias úteis - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor adjudicado;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.</p>
<p>Atrasos na solução de chamados de severidade CRÍTICA - Todos os Itens. Prazo de solução: 8 horas</p>	<p>a) Advertência - Atraso de 1 (uma) hora ou mais da hora prevista;</p> <p>b) Da 1ª a 9ª hora - Multa de 0,5% do valor do item correspondente por hora de atraso;</p> <p>c) Da 9ª a 18ª hora - Multa de 0,75% do valor do item correspondente por hora de atraso;</p> <p>d) A partir da 18ª hora - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do item correspondente por hora de atraso até o limite de 20% do valor do item;</p>



	<p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.</p>
<p>Atrasos na solução de chamados de severidade ALTA - Todos os Itens. Prazo de solução: 24 horas</p>	<p>a) Advertência - Atraso de 1 (uma) hora ou mais da hora prevista;</p> <p>b) Da 1ª a 12ª hora - Multa de 0,35% do valor do item correspondente por hora de atraso;</p> <p>c) Da 12ª a 24ª hora - Multa de 0,55% do valor do item correspondente por hora de atraso;</p> <p>d) A partir da 24ª hora - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 0,75% do valor do item correspondente por hora de atraso até o limite de 20% do valor do item;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.</p>
<p>Atrasos, por dia útil, na solução de chamados de severidade MÉDIA - Todos os Itens. Prazo: 3 dias úteis.</p>	<p>a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista;</p> <p>b) Do 1º ao 5º dia - Multa de 0,5% do valor do item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>c) Do 6º ao 10º dia - Multa de 0,75% do valor do item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>d) A partir do 10º dia - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do item correspondente por dia útil de atraso até o limite de 12% do valor do item;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e</p>



	impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.
Atrasos, por dia útil, na solução de chamados de severidade BAIXA - Todos os Itens. Prazo: 5 dias úteis.	a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista; b) Do 1º ao 5º dia - Multa de 0,35% do valor do item correspondente por dia útil de atraso; c) Do 6º ao 10º dia - Multa de 0,55% do valor do item correspondente por dia útil de atraso; d) A partir do 10º dia - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 0,75% do valor do item correspondente por dia útil de atraso até o limite de 12% do valor do item; e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do Tribunal; f) Não atendimento - Declaração de não idoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do Tribunal.
Descumprimento das demais obrigações previstas no contrato.	Multa de 0,5%, calculada sobre o valor adjudicado do contrato, por evento, até o limite de 3% do valor total adjudicado.

Parágrafo Primeiro – Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.

Parágrafo Segundo – As penalidades de multa aplicadas ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor total deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Em caso de reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

Parágrafo Quarto – Será considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da data de comunicação do fato ao TRT.

Parágrafo Quinto – Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

Parágrafo Sexto – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT. Se a falta advier de caso fortuito, motivo de



força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas, as penalidades ficarão sujeitas a critério da Administração.

Parágrafo Sétimo – A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA RESCISÃO – Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro – O atraso injustificado na execução dos serviços por período superior a 20 (vinte) dias úteis caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo – A rescisão deste contrato por culpa da CONTRATADA implicará multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Parágrafo Terceiro – Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT nos casos em que se aplicarem os incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZESSETE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS – As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

Parágrafo Primeiro – Na ausência do pagamento das multas o TRT poderá descontar o respectivo valor da garantia do contrato. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada de seus eventuais créditos. Inexistindo crédito em favor da CONTRATADA, os valores deverão ser por ela recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento-AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

Parágrafo Segundo – Caso a garantia do contrato seja totalmente utilizada por ocasião dos descontos decorrentes das multas aplicadas, a CONTRATADA deverá providenciar a reposição do respectivo valor.

CLÁUSULA DEZOITO: DAS TRANSFORMAÇÕES DA CONTRATADA E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO CONTRATUAL – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8666/1993, o presente contrato poderá ser mantido com a CONTRATADA, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

- a) a empresa CONTRATADA remanescente ou a beneficiária da cessão ou da transferência demonstre possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato, em especial as comprovações de regularidade previstas no item "16" da cláusula terceira deste contrato; e
- b) não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA DEZENOVE: DA ASSINATURA – A assinatura deste instrumento, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

Parágrafo Primeiro – A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

- a- assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b- assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

Parágrafo Segundo – A assinatura realizada na forma desta cláusula será considerada válida para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro – O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

Parágrafo Quarto – Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela CONTRATADA, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, conforme parágrafo terceiro desta cláusula, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela CONTRATADA em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

CLÁUSULA VINTE: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº 13.709/2018, a CONTRATADA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato da assinatura deste contrato, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

- I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;
- II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;
- III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;
- IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;



V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual;

IX - haverá a descaracterização do número do CPF quando da divulgação de ajustes em instrumentos contratuais e congêneres firmados por este TRT, a fim de se observar as disposições referentes à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais desta Corte; e

X - a descaracterização de que trata o item anterior consistirá da ocultação dos três primeiros dígitos e dos dois dígitos verificadores, quer em relação aos CPF's dos representantes do TRT e das empresas e entidades com as quais este Regional celebra contrato ou instrumento congênere, quer dos empregados de empresas de serviços terceirizados, contratadas por este TRT.

Parágrafo Primeiro: A proteção de dados pessoais dos colaboradores da CONTRATADA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.

Parágrafo Segundo: O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica ciente que, para a celebração deste contrato e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da CONTRATADA e, assim, estes DECLARAM, no ato da assinatura deste contrato, o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;

b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;

c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e

d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

Parágrafo Quarto: A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2

CLÁUSULA VINTE E UM: DA PRORROGAÇÃO DE PRAZOS – Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, nas condições e nos casos especificados no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, apresentada com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida e reconhecida pelo TRT contemporaneamente ao fato que a ensejar.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: DA COMPATIBILIDADE – A CONTRATADA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: DA LEGISLAÇÃO – Aplicam-se ao presente contrato, especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como, subsidiariamente, as normas de direito comum, no que forem aplicáveis.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: DA VINCULAÇÃO – O presente contrato está vinculado ao PROAD nº 1852/2022 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VINTE E CINCO: DO FORO – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas – Justiça Federal do Estado de São Paulo – para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: DA CONCORDÂNCIA – As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem a todas as cláusulas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, ____ de _____ de 2022.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

TRT

CONTRATADA



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1858/2022-2